

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL MODALIDADE
PROFISSIONAL LINHA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO E
SUSTENTABILIDADE**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, GUERRA DE
LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ.**

ORIENTANDA: MARIA DAS DORES ROCHA

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
OUTUBRO - 2014**

MARIA DAS DORES ROCHA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, A GUERRA DE
LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental, área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Romeu e Silva Neto

Campos dos Goytacazes/RJ – 2014

Dissertação intitulada DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, A GUERRA DE LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ. Elaborada por e Maria das Dores Rocha apresentada publicamente perante a banca examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental pelo programa de pós-graduação em Engenharia Ambiental, área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade do Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia.

Aprovada em

Banca Examinadora:

.....

.....

.....

Nome, titulação/ IES na qual concluiu o curso e IES na qual está vinculado(a) -
Orientador(a)

.....

.....

.....

Nome, titulação/ IES na qual concluiu o curso e IES na qual está vinculado(a)

.....

.....

.....

Nome, titulação/ IES na qual concluiu o curso e IES na qual está vinculado(a)
DEDICATÓRIA

Às minhas netas Mell (8anos) e Ana Clara (2 anos) porque suas vidas trazem alegria ao meu coração e nutrem em mim o dever de permanecer aprendendo e buscando o sentido pessoal do que seja compromisso intergeracional. A elas dedico meus esforços e minha crença de que “Um mundo melhor é possível”. Elas hão de ser cidadãs de um tempo em que a solidariedade, a justiça e a busca por um mundo mais fraterno e pacífico serão mais que meras palavras.

Agradecimentos

Agradeço a meus filhos, Andrey Sávio, Juliana Dolika e Mayan pelo apoio e incentivo que me ofereceram ao longo de mais esta jornada de aprendizado, mas, sobretudo lhes sou grata por estarem sobrevivendo com dignidade em tempos tão ameaçadores à decência. Meu respeito a todos os docentes deste Mestrado. Minha gratidão, ternamente comovida, ao meu orientador Romeu e Silva Neto. Sem seu saber, estímulo e dedicação, esta avó não teria alcançado a meta que audaciosa e extemporaneamente se propôs. Aos colegas que, apesar da grande diferença de tempo entre nós, me acolheram como a uma igual, em especial à Kelly e Leonardo por suas presenças jovens e solidárias. Gratidão maior aos mestres de vida, meus mortos queridos a quem devo o tesouro dos bons exemplos.

No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

No presente trabalho pretende-se examinar a criação, existência e atuação de um Fundo de Financiamento e Investimentos - o Fundecam – Fundo de Desenvolvimento de Campos. Observar como, em seus poucos anos de existência, passou por alterações introduzidas em sua constituição que alteraram sua proposta inicial. Aferir se ele vem se constituindo em um instrumento válido e capaz de favorecer o desenvolvimento local. Se os tipos de negócios por ele fomentados são realmente locais, endógenos e sustentáveis. Buscar explicitar como o financiamento público pode ser determinante na criação de alternativas que incrementem o desenvolvimento local e regional. Considerar os altos orçamentos dos municípios da Bacia de Campos, recebedores de royalties e participações especiais advindos da produção de petróleo, e examinar especificamente Campos dos Goytacazes, como maior recebedor, de que forma vem usando estes recursos através de seu fundo de financiamento em investimentos privados. Registrar como, em sua primeira fase, o Fundecam e os investimentos públicos por ele realizados foram fator importante na decisão locacional de várias indústrias que se instalaram no município. Averiguar se a existência e forma de gestão do Fundecam podem caracterizá-lo como um instrumento que incrementa a chamada “guerra de lugares”. Analisar os principais resultados trazidos por tais investimentos e como as indústrias que deles se beneficiaram atuaram na economia local. Examinar a mudança constitucional (legal e política) do fundo implementada na segunda fase de vida do Fundecam e observar qual é e como vem se dando seu desempenho na atualidade. Sobretudo se atende aos requisitos do desenvolvimento local, endógeno e sustentável. Palavras chaves: Desenvolvimento local, financiamento publico, emprego e renda.

ABSTRACT –In the present study intends to examine the creation, existence and performance of a Fund for Financing and Investment - the Fundecam - Field Development Fund. Observe how, in its few years of existence, has undergone changes in its constitution which changed its original proposal. Assess whether it has turned into a valid and able to foster local development instrument. If the types of business fostered by it are really local, endogenous and sustainable. Find explain how public funding can be decisive in creating alternatives that enhance local and regional development. Consider the high budgets of municipalities of Campos Basin, recipients of royalties and special participation arising from oil production, and examine specific fields of Goytacazes as largest recipient, how come using these resources through their financing fund in private investments. Register as, in its first phase, the Fundecam and public investments made by him were important locational factor in the decision of various industries who settled in the city. Ascertain the existence and form of management Fundecam can characterize it as a tool that enhances the "war of posts." Analyze the main results brought by these investments and how the industries that benefited them worked in the local economy. Examine the constitutional change (legal and political) of the fund implemented in the second phase of life Fundecam and observe what is occurring and how their performance today. Especially if the site meets the requirements, endogenous and sustainable development. Key words: local development, public employment and income funding.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AME- Agentes Municipais de Empreendedorismo

ANP- Agencia Nacional do Petróleo

APL- Arranjo Produtivo Local

BACEN- Banco Central

BB- Banco do Brasil

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Social

CEF- Caixa Econômica Federal

DLIS- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

FINAME- Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FUNDECAM - Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IFF- Instituto Federal Fluminense

INVESTERIO- Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro

MEI- Micro Empreendedor Individual

MGE- Médias e Grandes Empresas

MPE- Micro e Pequenas Empresas

MPO- Programa de Microcrédito orientado

OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do RJ

P&D - Planejamento e Desenvolvimento

PIB- Produto Interno Bruto

PRONAF- Programa Nacional Agricultura Familiar

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC- Serviço Nacional do Comércio

SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI- Serviço Social da Indústria

SEST- Serviço Social do Transporte

UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS.....	11
3. METODOLOGIA	12
4. JUSTIFICATIVA.....	12
5. AS TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	13
6. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	15
7. DESENVOLVIMENTO LOCAL COM BASE NO INCREMENTO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS	18
8. <i>ROYALTIES</i> E “GUERRA DE LUGARES” NA BACIA DE CAMPOS	20
9. CRIAÇÃO E ATUAÇÃO INICIAL DO FUNDECAM.....	25
10. FUNDECAM - NOVO TEMPO, NOVOS RUMOS, OUTRAS LEIS	31
11. ALGUNS RESULTADOS OFICIAIS	34
12. CONCLUSÕES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

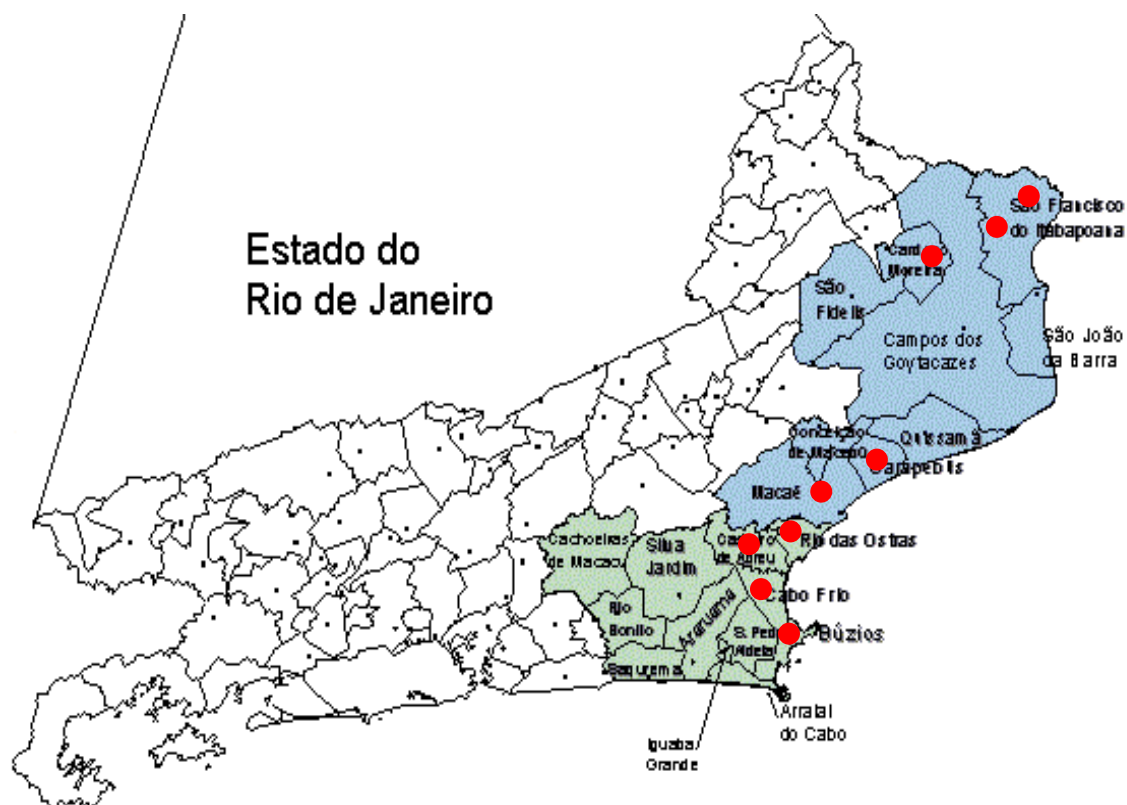
Neste trabalho a pretensão é observar e demonstrar como algumas políticas públicas de financiamento podem ou não ser fator determinante na estratégia de desenvolvimento local. Observar que mesmo havendo aporte orçamentário de grande vulto, este fator, por si só pode não garantir sucesso na busca de desenvolvimento e nem resultar em ganhos sociais para o local. As políticas públicas de financiamento, a depender da forma como são concebidas e ou implementadas, podem frustrar ou realizar o objetivo de gerar empregos e renda para as comunidades onde são aplicadas. Podem ainda acarretar grandes prejuízos ao erário público municipal. E até mesmo se caracterizar como possíveis “armas e munições” na deletéria “guerra de lugares”, tornando-se assim políticas públicas equivocadas e insustentáveis.

O presente estudo ocorre no município de Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense do Estado de Rio de Janeiro. Escolhido por ser o município de maior dimensão geográfica, mais populoso do Estado e maior beneficiário dos recursos sob a forma de *royalties* e participações especiais advindos da exploração de petróleo e gás, entre todos os municípios do país.

A questão da distribuição das rendas petrolíferas é objeto de polêmicas e disputas, tendo sido regulamentada pelas leis nos 7.990/89 e 9.478/97, esta última conhecida como Lei do Petróleo, a qual, entre outras determinações, concretizou a quebra do monopólio estatal da exploração do petróleo e do gás natural. Além disto, a Lei do Petróleo também contribuiu para a aprovação e cristalização de notórias impropriedades dos referidos critérios de distribuição e uso de tais verbas. (Leal e Serra, 2002, p. 3)

Tais impropriedades legais beneficiaram mais alguns municípios, que se uniram formando a Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do RJ) cuja maior atuação é defender o grande privilégio concedido aos municípios que a formam. Assim, grandes recursos passaram a ser injetados mensalmente nos cofres públicos dos municípios beneficiados. Tornando-os exceção, se comparados à maioria dos municípios brasileiros. “Emirados” ou “sheiks” fluminenses, municípios “novos ricos”, “pobres municípios ricos” ou “petrorentistas” são alcunhas recentes que procuram denunciar, a um só tempo, o ingresso fabuloso de rendas petrolíferas (*royalties* +

participações especiais) nos caixas dos municípios das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas e as impropriedades técnicas e legais no processo de aplicação destas rendas. Os maiores beneficiados são os municípios de Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, Casimiro de Abreu, Carapebus, Cabo Frio, Armação de Búzios, São João da Barra e Campos dos Goytacazes.



● Municípios petrorentistas

Fonte: Mapa elaborado por Dias (2005)

2. OBJETIVOS

Neste artigo, a atenção se concentrará no município de Campos dos Goytacazes por ser o mais bem aquinhado entre os municípios petrorentistas e por ter sido entre os anos de 2002 e 2008, aquele que conseguiu atrair uma significativa quantidade de indústrias ao oferecer crédito barato e condições especialmente vantajosas, a partir da disponibilidade de recursos reunidos em um fundo formado por pequena parte dos *royalties* que o município recebe, designado como Fundecam– Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes. A análise se estenderá para a segunda

fase do Fundecam, quando a partir de 2009 passou por amplo processo de mudança, podendo-se dizer que o mesmo foi recriado, tal a profundidade das alterações efetuadas. Com a troca na gestão municipal via eleições de 2008, o Fundecam passou a ser administrado por outra equipe que implantou através dele uma nova concepção para estimular o desenvolvimento no município. Outra passou a ser a forma de aplicação e a destinação dos recursos, passando a financiar pequenos negócios pelo sistema de microcréditos. E a política pública de desenvolvimento do município fez uma clara opção, no que tange ao Fundecam, criando um novo marco legal mais prudente, seguro e direcionando os investimentos para pequenos e médios negócios, em sua maioria locais, populares e endógenos.

Averiguar se com esta nova conformação estrutural, o Fundecam pode ser considerado um instrumento eficiente de financiamento público que pretende incrementar o desenvolvimento endógeno e sustentável através de apoio a empreendedores individuais e a micro e pequenos empreendedores, alavancando a criação de postos de trabalho e empregos formais.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consta de entrevistas qualitativas realizadas com vários gestores do fundo, com gerentes de negócios do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e com representante do meio acadêmico do município. Foram entrevistadas também as duas pessoas que presidem atualmente o fundo. Foram pesquisados trabalhos acadêmicos realizados anteriormente em instituições de ensino superior do município que se dedicaram a examinar a primeira fase de vida do fundo. Foram analisados dados estatísticos em mapas e gráficos originados de fontes oficiais como o próprio fundo, RAIS, IBGE, ANP e outros. A fundamentação teórica foi buscada nas teorias da localização industrial, da disputa fiscal entre os lugares, a chamada “guerra de lugares” e ainda nos estudos de acadêmicos especialistas em desenvolvimento endógeno. Para tanto se pesquisou em livros, trabalhos acadêmicos, revistas científicas e *sites* e *blogs* na web.

4. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as teorias da localização, da “guerra de lugares” e do desenvolvimento endógeno, a hipótese levantada foi a de descobrir se o Fundecam, em especial em sua segunda fase de existência que abrange de 2009 a 2014, tem se pautado pelos princípios econômicos do desenvolvimento endógeno sustentável e qual a possível repercussão de sua atuação no desenvolvimento, na cultura do empreendedorismo e na geração de emprego e renda para o município de Campos dos Goytacazes. E ainda, averiguar se os extraordinários recursos provenientes de *royalties* e participações especiais da extração e produção do petróleo que são pagos ao município estão sendo utilizados para estimular a busca de um desenvolvimento endógeno, com alternativas econômicas que possibilitem a transição menos traumática para a fase, já anunciada, de “amadurecimento” e mesmo esgotamento dos poços petrolíferos da Bacia de Campos.

5. AS TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Desde os princípios de sua formulação teórica são notórias as dificuldades de se estabelecer uma teoria geral da localização industrial. Tais dificuldades residem no fato de as indústrias responderem muito mais a estímulos setoriais do que a uma condicionalidade geral no seu processo de localização. As primeiras contribuições ao estudo da localização industrial se relacionam à economia clássica e datam do século XIX. As dificuldades de se estabelecer uma teoria geral da localização industrial fizeram com que os primeiros estudos sistemáticos acerca do assunto se prendessem apenas aos aspectos “parciais” do problema (Mota, 1968). Johann Heinrich Thünen, considerado o “pai dos teóricos da localização”, e Wilhelm Launhardt, os primeiros a estudar a questão, seguiram nesta linha. A primeira tentativa de estabelecimento de uma teoria geral se deu com Alfred Weber, autor que ao formular uma teoria “pura” das causas econômicas que determinariam a localização industrial, mesmo sem ter esta intenção precípua, estabeleceu uma matriz para diferenciação dos conceitos de teoria geral e teoria parcial da localização. Convém lembrar que Weber dedicou seus estudos apenas às indústrias de transformação e ainda assim suas observações constituem base

teórica respeitada para se estudar a questão da localização econômica. A obra mais respeitada do teórico alemão Weber é *Über den Standort der Industrien*, na versão inglesa: *Theory of Location of Industries* (1957).

A revolução técnico-científica consolidada nos anos 1970 é vista como divisor de águas no que tange à história do conceito da localização industrial. Desde então a territorialidade, as relações entre os espaços e os locais, ganham significado diverso do antigo modelo de organização espacial rígido e concentrador conhecido como modelo fordista, possibilitando o nascimento de arranjos espaciais muito mais flexíveis. A nova etapa histórica rompe com o modelo rígido fordista de estruturação do espaço. Os avanços técnicos, científicos e da informação/comunicação global propiciam contínuos fluxos de bens, valores e saberes por todo o planeta e fazem surgir o mercado global e a chamada acumulação flexível. (Santos, 2004).

A mudança do modelo fordista para a acumulação flexível exigiu alterações profundas, gerando o processo de reestruturação produtiva, que impôs novos significados para a organização da produção. E os velozes fluxos da “aldeia global” e suas novas tecnologias encurtaram as distâncias, modificaram a articulação convencional de tempo/espaço. Desta forma se fez um processo de fragmentação do espaço geográfico que levou também à fragmentação do processo produtivo, criando outra interpretação para a espacialidade.

Com a derrocada do modelo fordista e sua substituição pelo chamado modelo de acumulação flexível uma grande alteração ocorre na estruturação das indústrias. Alguns dos ramos industriais mais tradicionais se deslocam das regiões metropolitanas para as cidades de médio porte buscando maiores lucros, beneficiando-se entre outros de incentivos fiscais e mão de obra mais barata.

Enquanto antes dos anos 70 a proximidade física das empresas em relação aos fatores de produção (recursos naturais, tipo de clima, matérias-primas, oferta de mão de obra e seu tipo de qualificação) constituía fator importantíssimo, a partir de então cada vez mais vem se configurando como elemento secundário, embora varie em grau para diferentes setores. Isso porque a emergência de um mercado global somada ao surgimento das novas tecnologias resultou na organização de uma espacialidade industrial que não se baseia mais no antigo padrão centro-periferia, atuando agora em redes. (Dias & Silva, 2004).

Desse modo, com o processo de globalização, a acessibilidade passa a ser mais importante que a localização física. Fatores como infraestrutura, incentivos fiscais,

passam a ser políticas públicas voltadas para atrair e agilizar os processos produtivos e logísticos ganhando fundamental importância para a decisão locacional (Grael & Grael, 2002). A existência de facilidades ofertadas pelos locais e agilidade para escoamento da produção passam a ser tidas em alta conta na pauta dos fatores para a localização das empresas industriais. Contudo, as *verticalidades* também trouxeram mazelas ao lugar. Justamente pelo fato de as empresas estarem mais conectadas com outros lugares distantes do que com o próprio local de sua instalação. (Dias & Silva Neto, 2004).

6. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Durante o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 70, diversos países perseguiram intensivamente um modelo de desenvolvimento econômico fordista baseado principalmente na tentativa de industrializar-se com grandes empresas e na ampliação da infraestrutura por meio de intervenções públicas. Segundo Franco (2000), o crescimento concentrado era o paradigma teórico dominante, sobre o que se embasavam as estratégias de crescimento.

Esse modelo, no entanto, aos poucos foi perdendo espaço para um modelo de desenvolvimento como estratégia territorial, baseado agora na utilização dos recursos locais a partir do potencial endógeno de cada território. Esta nova concepção de desenvolvimento local consiste em ter uma visão estratégica que permita por em marcha um conjunto coerente de orientações, decisões e projetos, com o propósito de alcançar objetivos definidos de maneira concentrada. Objetivando a criação de empresas, emprego, bem estar social e qualidade de vida, aliada ao desafio de promover um desenvolvimento sustentável, emerge uma nova filosofia de desenvolvimento local com uma visão integrada e compatível com o meio ambiente, as necessidades sociais e econômicas, considerando os níveis locais e globais, a curtos e longos prazos. (Silva, 2002).

A emergência desse novo modelo de desenvolvimento agora endógeno, com enfoque local, vem ocorrendo nas últimas quatro décadas, suscitando debates intensos entre estudiosos e diversas instituições. Para Franco (2000) os diversos pontos de vista podem ser agrupados em dois grandes campos.

No primeiro campo, estão os que enfatizam predominantemente a questão, antiga, do ‘desenvolvimento estritamente *econômico* local’. Franco adverte que essas visões que enfatizam ao máximo o papel do fator econômico não questionam o padrão de desenvolvimento. E não percebem que este padrão de produção e consumo tende a inviabilizar a vida das gerações futuras. Tais visões levam a ações que parecem ignorar o fato óbvio de que os recursos naturais são finitos. E que tal modelo de crescimento econômico, capitalista e neoliberal, por si só, pode aumentar simultaneamente a concentração de riqueza para alguns, enquanto aumenta o número de pobres, ampliando o fosso social entre eles. Os defensores de tal visão ignoram que enquanto a riqueza, o conhecimento e o poder não forem democratizados, a renda permanecerá concentrada. Os mais moderados deste campo de visão, pretendem orientar um tipo de crescimento econômico que aproveite com mais eficiência os recursos endógenos existentes em uma determinada zona para criar empregos e qualidade de vida para a população, contribuindo assim para a superação da pobreza.

Já no segundo campo, estão aqueles que questionam o padrão de mero crescimento econômico. Este ponto de vista propõe um modelo de *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* - DLIS. Para Franco, esse ponto de vista mais amplo nasce do encontro de várias contribuições que vão desde a experiência das comunidades alternativas, passando pelo movimento sócioambiental, até a chamada ação cidadã. Nesse campo, enquadram-se vertentes como a dos ambientalistas na proteção do meio ambiente e a das sociedades civis organizadas no enfrentamento da exclusão social. Também nesse campo, as pessoas e instituições propõem um desenvolvimento local, que considere, além dos fatores econômicos, as dimensões social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, incluindo suas inter-relações, no sentido de tornar dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas em uma unidade sócio territorial delimitada (Silva,2008).

No contexto desse segundo campo o território não deve ser entendido como mero espaço físico, mas como: (DelNet – UD1, 1999)

- o ambiente onde se dão as relações sociais e econômicas;
- o contexto em que a cultura e outros aspectos locais não transferíveis são sedimentados e se firmam ao longo do tempo;
- o local onde os indivíduos e as empresas estabelecem relações;

- o ambiente onde instituições públicas e privadas interagem para regular a sociedade;
- um fator estratégico de oportunidades de desenvolvimento;
- a existência de articulação entre os agentes locais.

Cabe aqui tornar claro que neste trabalho não se opta pela visão de crescimento econômico. Ao contrário, assume-se como desenvolvimento local o processo pelo qual se busca potencializar a mobilização dos recursos humanos, institucionais, financeiros e outros recursos locais para, a partir da geração de alternativas econômicas, incorporar os demais aspectos do desenvolvimento buscando a sustentabilidade social, política e ambiental. (Palácio, 1999).

A crescente globalização dos mercados, o aumento da concorrência internacional, o crescente endividamento do setor público, as alterações na divisão do trabalho e da produção e as inovações tecnológicas, que tiveram início na década de 80, consolidaram as tendências de mudança e provocaram uma profunda reorganização estrutural nos diversos setores econômicos. (DelNet - UD2, 1999)

Os mercados atuais, mais competitivos e exigentes, provocaram uma verdadeira reestruturação produtiva nas empresas, obrigando-as a migrar do modelo fordista para o atual, na busca de maior eficiência e competitividade.

A partir do Quadro 1, nota-se que a reestruturação industrial busca maior eficiência frente aos mercados cada vez mais competitivos, seja em âmbito nacional ou internacional. A informação, a tecnologia e a gestão organizacional passam a ser a base do processo de competição espacial a partir das vantagens produtivas em nível local. Assim, empresas e países elegeram esses elementos como instrumentos preferenciais de competição na tentativa de escapar da crise dos anos 70. Os investimentos dirigidos para P&D, programas de qualidade e redução de custos tiveram como resultado a introdução de novos produtos e ganhos nos processos produtivos. Contudo, o retorno à lucratividade não garante a recomposição dos postos de trabalho eliminados em função da utilização da tecnologia. O problema de desemprego resultante da reestruturação das indústrias, portanto, tem de ser solucionado mantendo-se a reestruturação do sistema produtivo, mas buscando-se novas alternativas de emprego sob a nova óptica do desenvolvimento local. (Silva, 2002).

	1944 a 1970	1980 a 1998/2000
Modelo de produção	<p>Fordista:</p> <p>crescimento econômico baseado na acumulação</p> <p>desenvolvimento como sinônimo de industrialização e urbanização</p>	<p>Reestruturação produtiva</p> <p>processo de ajuste da economia tanto no nível setorial como no espacial/territorial (descentralização da produção)</p>
Características	<p>produção em massa em grandes plantas industriais urbanas</p> <p>economia de escala</p> <p>economia de aglomeração</p>	<p>maior flexibilidade econômica e social</p> <p>alterações de demanda</p> <p>fabricação de novos produtos e produção diferenciada</p> <p>aumento da concorrência no mercado</p> <p>aplicação de novas tecnologias de produção e comunicação</p> <p>novas formas de acumulação de capital</p>
Organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • organização hierárquica do trabalho • trabalhadores com conhecimento e habilidades monovalentes 	<ul style="list-style-type: none"> • gestão participativa e distributiva de responsabilidades • trabalhadores com conhecimento e habilidades polivalentes
Efeitos	<p>No mercado de trabalho:</p> <p>condicionamento do mercado</p> <p>aumento do desemprego</p> <p>poucos recursos para reduzir o desemprego</p>	<p>Na produção:</p> <p>aumento de produtividade e da taxa de benefícios</p> <p>no mercado de trabalho:</p> <p>melhores instrumentos para facilitar a criação de empresas e geração de emprego.</p>

Quadro 1: A comparação entre o modelo fordista de produção e o atual modelo
Fonte: DelNet - UD 1 (1999)

7. DESENVOLVIMENTO LOCAL COM BASE NO INCREMENTO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS

No novo contexto pós-fordista, políticas de desenvolvimento local assumem importância estratégica na geração de novos postos de trabalho, especialmente, no que diz respeito ao fomento às micro e pequenas empresas. Essas empresas podem utilizar a vantagem da especialização e da maior flexibilidade para a geração de novos postos de trabalho, visto que, sendo menores podem alcançar maior eficiência em serviços específicos e na execução de parte das atividades da cadeia produtiva. Além do mais, elas se beneficiam de leis fiscais especiais como Simples e Supersimples. Observando-se, porém, que o mercado de trabalho local de micro e pequenas empresas pode oferecer menores salários e piores condições de trabalho que aquele gerado por grandes empresas. (Silva, 2002).

Nesse sentido, a proliferação e o dinamismo das micro e pequenas empresas, assim como a economia em pequena escala, aparecem como uma necessária adaptação das mudanças no modelo econômico atual. Ao mesmo tempo, a escassez de emprego tem provocado a criação de empresas por indivíduos empreendedores que buscam explorar suas potencialidades e assim ascender a um posto de trabalho. (DelNet - UD1, 1999).

Sob esta óptica, tem-se a valorização da dimensão territorial e do local, dado que:

- é no nível local que se pode prestar um apoio mais eficaz às micro e pequenas empresas;
- a partir da estrutura, especificidade e capacidade locais é possível estabelecer políticas e estratégias para promover o desenvolvimento integral e sustentável, além do crescimento econômico.

De modo complementar, segundo Xavier (1998), a construção de parcerias entre os agentes comunitários, o setor público e representantes do setor privado – envolvendo os grandes, médios e pequenos empresários – é de vital importância para o enfrentamento também dos problemas ambientais decorrentes principalmente:

- da carência no atendimento dos serviços de saneamento ambiental – abastecimento d'água, coleta e destino final de esgotos e de resíduos sólidos, drenagem e controle de vetores (animais que convivem com o lixo – ratos, mosquitos, baratas – e que dali conduzem doenças para o homem);
- da poluição gerada pelas atividades comerciais, industriais e agrícolas; e

- da utilização predatória do solo urbano e rural que produz as áreas degradadas e vulneráveis.

Nesse sentido, cabe lembrar alguns exemplos especiais, como os distritos industriais italianos, as redes de subcontratação japonesas, as *technopôles* francesas, as concentrações de empresas de alta tecnologia nos Estados Unidos e ainda alguns exemplos de arranjos produtivos locais (APLs) no Brasil, como é o caso de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul. Tais exemplos ratificam a ideia de que a articulação das pequenas empresas, seja em redes verticais ou horizontais, seja pela criação de uma estrutura articulada de apoio comum, pode garantir o aumento da competitividade das micro e pequenas empresas e de suas chances de sobrevivência. Esses tipos de articulação constituem alternativas viáveis de apoio ao pequeno empresário ou pequeno empreendedor e, conseqüentemente, contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico regional ou local. (Silva, 2002)

8. ROYALTIES E “GUERRA DE LUGARES” NA BACIA DE CAMPOS

Juntamente ou mesmo como conseqüência da ressignificação do território e do lugar, surge o fenômeno conhecido como “guerra fiscal” ou “guerra dos lugares”. A guerra de lugares significa, antes de tudo, a imposição da lógica competitiva do capitalismo neoliberal a níveis escalares cada vez menores, onde palavras como eficiência, plano de negócios, produtividade, lucro, concorrência, destacadamente pertencentes ao mundo empresarial, passam a incorporar-se à realidade das cidades e regiões definindo o seu “desempenho”. Os países fragmentam-se em “cidades/regiões – empresas” ávidas em mostrar que são mais eficazes do que as outras na atração de investimentos.

Nesta guerra os vencedores são os grandes grupos empresariais, que, como se estivessem leiloando uma peça rara, ao anunciar um novo investimento ou um deslocamento de uma de suas filiais, veem um maior número de lugares dos mais diversos países, “lance a lance”, oferecerem vantagens de ordem técnica e política cada vez melhores, permitindo que formem ao seu redor, conforme apontado por (Santos 2004,p.248) um verdadeiro “exército de reserva de lugares”, que a todo instante é

renovado. Na medida em que são julgados “adequados” e escolhidos, os lugares entram num processo de subordinação e alienação. O receituário imposto pelas empresas deve ser cumprido. Isto inclui o uso de considerável quantidade de recursos públicos para a preparação e adaptação do território, como a construção e modernização de vias de acesso, pontes, canais e outras obras de infraestrutura, para uso quase que exclusivamente privado, tornando corporativo o uso do território. (Santos e Silveira 2001: 291)

Tal uso acaba por transferir para as grandes empresas o comando sobre porções significativas do território, permitindo a elas decidir suas funções e manejos, adaptando-os aos seus interesses. As grandes empresas globais passam assim a definir uma lógica territorial própria, utilizando os lugares a sua disposição como se delas fossem.

Neste novo contexto, a escala local municipal ganha mais visibilidade e uma pseudo autonomia em relação ao Estado, podendo, até certo ponto, definir estratégias e objetivos próprios no que se refere ao fomento de políticas de desenvolvimento, e em muitos casos, interagir de forma direta com a escala global, principalmente no que tange a atração de investimentos. Os principais agentes da economia globalizada, as empresas multinacionais, suplantando a escala nacional, negociam diretamente com os agentes locais dos municípios ou regiões que lhes interessa, passando para estes o receituário de exigências para sua implantação. Em termos locais, porém, pode ocorrer que o município se torne refém da presença supostamente benéfica de tais empresas.

Os gestores dos lugares que participam de tais disputas agem ativamente, buscando conquistar a aprovação das empresas, entrando mesmo por vezes, em uma frenética corrida para conquistar a instalação das mesmas em seu território. Neste sentido, dentro desta lógica competitiva que se tem apresentado, para os gestores locais:

“A cidade e a região empreendedoras são, isto é, devem ser, antes de mais nada, concebidas e planejadas como uma empresa (...) Num mundo cada vez mais pragmático, trata-se agora não apenas de explicar os sucessos e os insucessos de cidades e regiões, mas, sobretudo, formular os planos de guerra, os planos estratégicos que as conduzirão à vitória.”(Vainer 2007,p.13)

Como se estivessem administrando uma verdadeira empresa, os gestores dos territórios locais buscam a todo o momento conferir valor aos lugares, adaptando-os às demandas empresariais, especializando-os e modernizando-os “ao gosto do freguês”. Utilizando estratégias próprias do marketing empresarial, a imagem da cidade como um ambiente propício aos negócios, como um bom lugar para aumentar o lucro, passa a ser propagada “aos quatro ventos” na esperança de ser vista e conquistar os grandes grupos

empresariais. Desta forma, a cidade torna-se um produto a ser promovido e “vendido”, uma verdadeira competição entre os mais diversos lugares é estimulada em detrimento de um “pensar” regional. É a “guerra de lugares” que se impõe. (Santos, 2004)

Tal uso dos lugares acaba por transferir para as grandes empresas o comando sobre porções significativas do território, permitindo a elas decidir suas funções e manejos, adaptando-os aos seus interesses. As grandes empresas globais passam assim a definir uma lógica territorial própria, utilizando os lugares a sua disposição como pontos para sua atuação que, através das redes materiais e imateriais cada vez mais modernas, conectam-se entre si e também com as “centrais de comando”, cidades localizadas, muitas vezes, a léguas de distância. Desta forma, cada empresa cria uma divisão territorial do trabalho, determinando aos lugares o seu papel dentro de uma estratégia global de atuação. (Santos e Silveira 2002, p. 290).

Por tais razões, em muitos casos, os territórios locais tornam-se verdadeiros enclaves dentro dos territórios regionais e nacionais, tendo as ações nele realizadas uma ligação mais direta com a escala global das empresas multinacionais que nele operam do que com seu entorno, com os municípios que lhe são vizinhos e mesmo com o país a que pertencem. Constituem-se em “espaços nacionais de uma economia internacional” por vezes altamente especializados num produto ou num serviço, e sempre destituídos de autonomia para pensar e agir, sendo “administrados” de fora.

“Importam-se empresas e exportam-se lugares. Impõem-se de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho com o reforço de uma divisão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar, de modo a manter desigualmente repartidos em escala planetária, a produção, o emprego, a mais-valia, o poder econômico e político. É “desse modo que áreas inteiras permanecem nominalmente no território, fazendo parte do mapa do país, mas são retiradas do controle soberano da nação.”(Silva, 2008).

Mesmo as articulações com outros espaços dentro de uma mesma região ou de um mesmo país, quando realizadas, são definidas não em função das populações numa proposta de bem estar regional ou nacional, mais sim em função de estratégias e objetivos privados distantes, de interesse exclusivo de ditas empresas. Dentro desta perspectiva, as populações locais acabam perdendo o controle dos destinos de seus próprios lugares e veem seus anseios e desejos ignorados. O território uma vez modernizado, com recursos públicos, lhes é negado; a produção realizada no local, em muitos casos, é consumida fora dele; e, em virtude de isenções fiscais concedidas, boa parte da riqueza que é gerada no local é enviada para fora dele. Desta forma, pode-se

dizer que as populações são alienadas do uso de seu território, de seus recursos naturais e de suas verbas públicas.

Cabe perguntar: o que justificaria envolver-se em tal guerra por investimentos e adotar esta lógica de subordinação às empresas?

A justificativa apresentada pelos gestores locais baseia-se na habitual cantilena da geração de emprego e dinamismo econômico imediatos. Promessas de empregos para a população local e de crescimento do PIB justificam qualquer política de atração de empresas e de uso do território (ou concessão deste para as empresas). Modelos nacionais e internacionais são evocados para aferir confiança ao “futuro próspero” deste tipo de política.

Na maior parte dos casos, a população local é inicialmente iludida ao ver “bater a porta” novas perspectivas e, assim, alimenta esperanças em relação aos investimentos que estão sendo pretendidos. No entanto, com a chegada destes as esperanças são desfeitas. Os empregos gerados, ainda quando suficientes nem sempre resultam em benefícios para o município. O dinamismo criado não estimula as atividades locais. Via de regra, tais investimentos não comportam a própria mão de obra local, por serem investimentos “estranhos” ao perfil local. São investimentos que não se encaixam ao padrão produtivo local (na cultura e tradição econômica da região), ignoram as potencialidades inerentes e não estimulam o sistema de inovação local. (Coelho, 1996 p.13)

Destaque-se ainda que, quando existem, os investimentos externos, estes vêm acompanhados de massas populacionais de outras regiões que não são comportadas economicamente pela região em questão, e que, por isso, a segregação socioespacial e os problemas urbanos tendem a aumentar. Esta política de desenvolvimento de caráter exógeno e privado, embora contribua para a descentralização das atividades produtivas e cause certo impacto sobre a economia local, gerando crescimento econômico, não promove um desenvolvimento autossustentado para as regiões onde estas empresas se instalam, por não aproveitarem as potencialidades do sistema produtivo local, criando muitas vezes, um descompasso entre este sistema produtivo e o sistema produtivo externo que acaba se impondo, marginalizando, e mesmo extinguindo as atividades de raízes locais. (Coelho, 1996 p.13)

As empresas atraídas não assumem nenhum compromisso verdadeiro com um projeto de desenvolvimento regional que leve em conta o futuro das populações locais, suas preocupações e bem-estar. São como “parasitas num hospedeiro”, fixam-se no

território e absorvem dele tudo aquilo que ele possa oferecer em termos de benefícios técnicos e políticos que levem ao constante aumento das suas taxas de lucro. Todavia, ao menor sinal de redução de lucros, a responsabilidade é transferida para o território, este é reavaliado, e sem o menor pudor, as empresas “fecham as portas” e partem para uma nova região que lhes possa render melhores benefícios. Desta forma, como que num jogo de chantagens, o “lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento” (Santos e Silveira, 2001p. 116).

Mesmo quando justificadas, as iniciativas de desenvolvimento local que se pautam pela aplicação ou atração de investimentos com a característica da “guerra de lugares”, via de regra, trazem ao lugar os efeitos negativos da efemeridade e da alienação para suas populações. Ainda assim, o afã neoliberal que inspira esta concepção fragmentária, competitivista e localista de desenvolvimento nada sustentável, seduz muitos lugares.

Caso em que se enquadram os municípios petrorentistas da Bacia de Campos. Entre eles, Campos dos Goytacazes, que já sente os efeitos sociais danosos e os prejuízos vultosos de tal e insensata escolha. Nascido por justa pressão social, alardeado midiaticamente como solução redentora, foi criado um Fundo de Desenvolvimento de Campos - Fundecam. Em sua fase inicial, entre os anos de 2002 a 2008, o Fundecam foi, na verdade, um típico instrumento da “guerra de lugares”. Tal fundo já hospedou “parasitas sanguessugas”, que também já “fizeram as malas”, fecharam as portas e sem pudor algum, bateram em retirada, deixando para trás considerável rombo ao erário municipal. E o município faz atualmente a colheita dos amargos frutos desta opção maléfica. Ao que consta, repetiu-se o ideário neoliberal onde: “os lucros são privatizados e os prejuízos socializados”, restando expressivo desfalque aos cofres públicos municipais.

financiamento público, induzir e apoiar o desenvolvimento local. Trata-se do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – Fundecam, cuja instituição e funcionamento, são expostos a seguir.

Optou-se no presente trabalho pela transcrição do Art.1º da Lei 7084/2001 que cria o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – Fundecam, visando legitimar a citação e principalmente, repetir *ipsis litteris* o objetivo e os beneficiáveis por seus financiamentos.

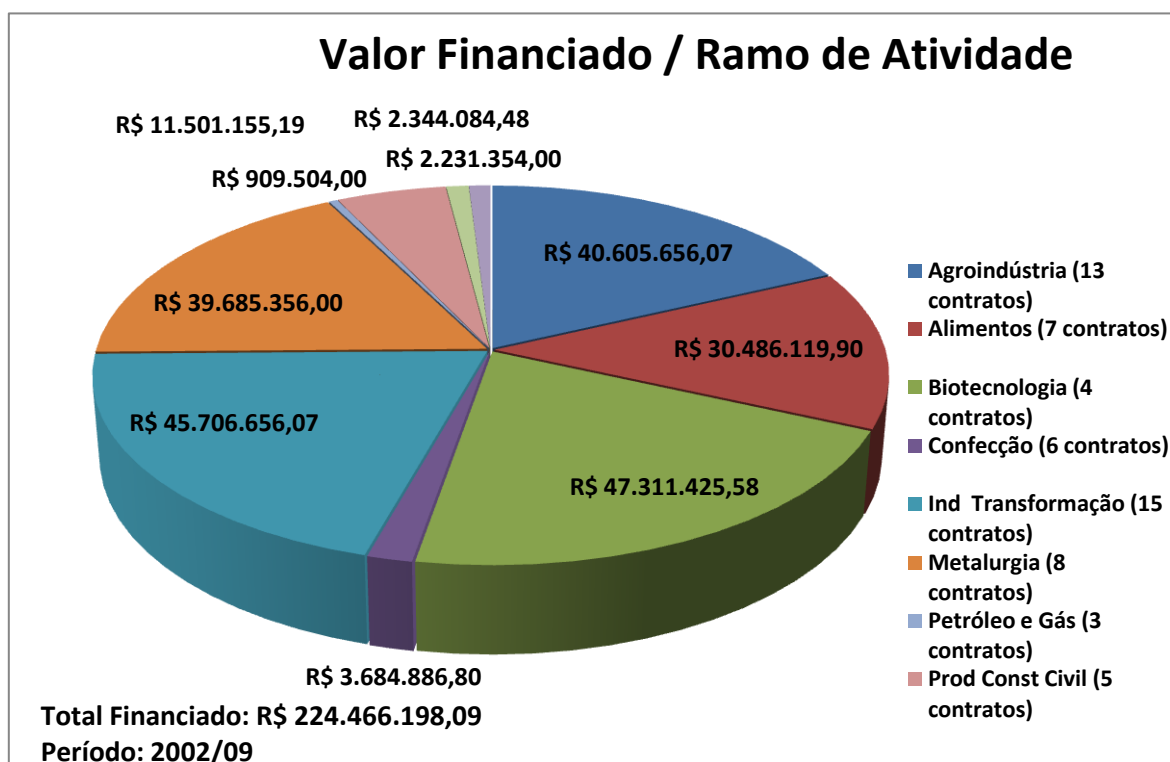
. **Art. 1º.** O Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - FUNDECAM, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento empresarial, tecnológico, o setor agropecuário, financiar projetos de geração de empregos nos setores industriais e de serviços e promover o acesso de microempresas, empresas de pequeno, médio e grande porte, de qualquer atividade compatível com as peculiaridades do município, a recursos de capital, ou para implantação de novas tecnologias identificadas com os objetivos do fundo, sempre no âmbito geográfico do Município. ”(Grifos nossos).

Criado no ano de 2001, após pressão da sociedade civil, que se reuniu num Fórum de Desenvolvimento Permanente, o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - Fundecam começou a funcionar efetivamente a partir de 2002. No período aproximado de três anos, até 2005, havia aprovado um total de 55 projetos. Foi realizado um Investimento total de R\$246.623.000,00. Sendo que o financiamento público via Fundecam foi de R\$ 122.428.000,00. E a contrapartida dos investidores (recursos próprios) seria de R\$ 124.195.000,00.

Foram selecionados 13 diferentes ramos da economia para os investimentos. Com a expectativa de geração de 4.424 empregos diretos e 13.272 indiretos (ver Tabela 1).

Ramo	Empresas	Empregos Diretos Gerados
Confecção	5	83
Agroindústria	3	1.385
Petróleo e Gás	3	79
Piscicultura/Agricultura	3	56
Biotecnologia	4	548
Saúde/Medicina	5	116
Alimentos	9	794
Metalurgia	4	526
Embalagens	3	208
Serviços	4	70
Indústrias de Transformação	7	255
Cosméticos	1	49
Prod. P/ Const. Civil	4	255
Total de Empregos Gerados		4.424

Fonte: FUNDECAM (2007)



Fonte: FUNDECAM (2009)

Naquela etapa inicial o Fundecam ofereceu recursos para projetos superiores a 50 mil reais, com juros de 6,17% ao ano, com prazo de carência de até 12 meses e até 60 meses para a amortização da dívida. Em caso de plena execução dos itens previstos no projeto e de pagamento de todas as prestações em dia, ao quitar o financiamento, a empresa era ressarcida dos juros que pagou sob a forma de recursos para serem

utilizados como capital de giro. Para receber o financiamento, o investidor interessado necessitava preencher alguns requisitos, preparar a documentação exigida pela lei, prestar informações detalhadas sobre a empresa e sua estratégia mercadológica, receber a aprovação e autorização do Conselho Gestor. Só então, os recursos eram sacados no Banco do Brasil, entidade financeira conveniada ao fundo.

Alguns projetos beneficiados pelo crédito do Fundecam recorreram também simultaneamente à Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (INVESTERIO), que, a partir de uma parceria com o BNDES, liberou recursos pelo FINAME, com taxas diferenciadas, prazo de carência e prazos para pagamento especialmente favoráveis.

Por ocasião da primeira pesquisa que resultou em artigo acadêmico elaborado para conhecer o Fundecam (Silva e Passos, 2005), foram entrevistados, representantes das organizações empresariais, da sociedade civil e do meio acadêmico do município, empresários e representantes das empresas beneficiados pelo Fundecam, além das duas pessoas que haviam presidido o fundo desde sua origem. Em sua maior parte, os entrevistados concluíam que o Fundecam estava atuando como elemento determinante na decisão daquelas empresas em se instalar no município de Campos dos Goytacazes. Ainda que com as ressalvas, visto que o grau de influência exercido pelo Fundecam na atração destas empresas seria diferente para cada caso individual.

Este fato, de certa forma, converge com o que propõe as teorias da localização industrial, que, conforme colocado anteriormente, afirmam que as estratégias de localização respondem muito mais a estímulos setoriais do que a um conjunto de fatores que condicionem a localização de todos ou da maior parte dos segmentos industriais ao mesmo tempo. É necessário ainda lembrar que, mesmo dentro de um único setor, as estratégias podem variar individualmente entre os empreendimentos.

A constatação da variação do grau de influência do Fundecam para a decisão locacional dos diferentes empreendimentos beneficiados pelo seu crédito pode ser reforçada pelo fato de que algumas empresas afirmam que não fosse por outros “incentivos”, como os incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual a empresas de determinados segmentos que se instalem no Norte ou Noroeste Fluminense, ou ainda a existência de espaço físico, no município, que possibilitasse a futura expansão das atividades da empresa, provavelmente não optariam por se instalar em Campos.

Por outro lado, houve a concessão de baixas taxas de juros, vez que são permitidos em lei, além de prazos especiais de carência e pagamento. Acrescidos ainda da vantagem de terem os juros devolvidos às empresas que cumprissem as cláusulas

contratuais, que iam desde o pagamento em dia de todas as prestações do financiamento até o cumprimento da meta de empregos gerados. Decisões estas de cunho atraente e conformes com o propósito da Fundecam, que não pretendia lucros financeiros com tais investimentos e sim, geração de renda e empregos que alavancassem o desenvolvimento local. (Silva & Passos, 2005).

À época, o suposto êxito do Fundecam motivou outros municípios recebedores de *royalties* na região a também criar mecanismos de crédito semelhantes. Em 2004, Quissamã e Macaé criaram os seus “fundos de desenvolvimento”. Enquanto Quissamã criou o programa Quissamã Empreendedor, Macaé instituiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUMDEC). Salvo melhor juízo, estava aberta a temporada de criação das “trincheiras” para um novo capítulo da “guerra de lugares” entre os municípios petrorentistas do Estado do Rio de Janeiro. E Campos, maior e mais rico entre eles, levou seu variado e farto estoque de munições para a escaramuça. Senão, vejamos.

Quadro 1. Subsídios oferecidos pelos municípios da Bacia de Campos à instalação de novas empresas.

Subsídios oferecidos pelos municípios da OMPETRO inseridos na Guerra de Lugares					
Crédito			Incentivos Fiscais		
Município	Órgão de financiamento	Taxa de juros	Nome	Valor do ISSQN	Preço do terreno (m ²)
CAMPOS	FUNDECAM	6% ao ano	CODIN	0%	R\$ 1,20
MACAÉ	FUNDEC	Não obtida	CODIN	Não obtido	R\$ 1,20
QUISSAMÃ	QUISSAMÃ EMPREENDEDOR	2% ao ano	ZEN	Negociado diretamente com as empresas	Não obtido
CARAPEBÚS	-	-	ZEN	Negociado diretamente com as empresas	Não obtido
RIO DAS OSTRAS	-	-	ZEN	Redução no pagamento nos 15 primeiros anos	R\$ 0,40
CASEMIRO DE ABREU	-	-	Condomínio Industrial	Isenção nos 20 primeiros anos	R\$ 0,00

Fonte: Adaptado a partir de PASSOS (2007, 62).

Campos dos Goytacazes, cidade de médio porte (de acordo com o IBGE, censo 2010), possui população estimada em 463.731 habitantes sendo importante aglomeração urbana do interior do Estado do Rio de Janeiro. Reúne uma série de externalidades consideradas capazes de atrair um número significativo de empresas, tais como: um

forte aparato de qualificação técnica, composto pelo sistema S (Sebrae, Sesi, Senai, Sesc, Senac e Sest/Senat), pelo, IFF – Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia, pelas Escolas Técnicas Estaduais, pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense e por mais 11 instituições de ensino superior; a existência de uma mão-de-obra qualificada por este conjunto de entidades de educação.

Possui também um espaço físico barato, apropriado para a instalação de indústrias e que goza de isenção fiscal municipal o Distrito Industrial da Codin, cujo preço do metro quadrado é inferior a 1 real, além do ISS ser de 0% para as indústrias que lá se instalam.

Goza de localização geográfica relativamente próxima a alguns dos grandes centros metropolitanos do país, além da localização vizinha ao enclave petrolífero da Bacia de Campos sediado em Macaé. Sendo também a cidade que possui a maior aglomeração de serviços nas proximidades do mesmo enclave; e ainda ser beneficiado pela lei estadual nº 4.533, que reduziu o ICMS para 2% para empresas de determinados seguimentos que venham a se instalar nos municípios fluminenses.

Mesmo com todo este elenco de externalidades favoráveis, algumas das indústrias que se instalaram no município nos últimos anos falam, nas entrevistas concedidas, da importância do crédito barato fornecido pelo Fundecam, dando a entender que se não fosse o fundo e a oferta de crédito barato provavelmente elas não optariam pelo município.

Uma hipótese que foi levantada (Silva e Passos, 2005) ao se investigar as mesmas indústrias é a possibilidade delas terem se instalado em Campos devido a todos os benefícios já citados, mas, de modo especial, em virtude de dois: o crédito extremamente barato do Fundecam e a ampla oferta de mão-de-obra também barata do município. As médias salariais dessas indústrias, de acordo com dados preliminares, são muito baixas. A Schulz, por exemplo, multinacional alemã do seguimento metalúrgico instalada na Codin, que gozou de todos os benefícios possíveis, até mesmo crédito barato do governo do Estado pelo INVESTERIO, estaria pagando uma média salarial em torno de 1,5 salários mínimo federal – faz-se esta distinção porque o valor do mínimo federal é diferente do piso salarial em vigência no Estado do Rio. Outras empresas, dentre as quais, outra multinacional, a Cellofarm, empresa indiana do ramo de medicamentos, têm comemorado o fato de ter empregado funcionários que residem nas suas proximidades, geralmente pessoas de baixo nível de escolaridade e de qualificação.

A indagação que se coloca, assim, é o fato de até que ponto a realização destes investimentos estaria trazendo benefícios ao município, e, numa análise mais profunda, proceder ao questionamento de se estes investimentos interessariam de fato à população do município no que se refere diretamente à melhoria da renda e da qualidade de vida. (Silva & Passos, 2005).

Passados alguns anos, com o benefício de certo distanciamento no tempo, mas principalmente com a alternância política no governo municipal, tornou-se possível conhecer alguns resultados, obter dados de fontes oficiais e observar que os resultados em nada corresponderam àqueles prometidos inicialmente e alardeados através das mídias. Realizando as pesquisas e entrevistas para execução do presente artigo constatou-se que, ao contrário do anunciado alguns anos atrás, a experiência resultou em um grande fracasso. Pode-se mesmo afirmar que o resultado das ações do Fundecam ocorridas entre os anos de 2002 e 2008 frustraram quaisquer expectativas de estímulo ao desenvolvimento local. Não havendo a criação do número de empregos prometidos e nem mesmo a manutenção ou permanência de boa parte daqueles postos de trabalhos criados à época, visto que tais se mostraram empregos temporários. Já que vários dos empreendimentos que se instalaram no município aproveitaram todas as vantagens e facilidades oferecidas pelo Fundecam e pouco depois, encerraram suas atividades, fecharam as portas e se foram. Deixando para o município a frustração das expectativas, e pior, uma dívida vultosa para com erário municipal. A infeliz e irresponsável experiência acabou por se revelar um completo exemplo do quanto pode ser danosa a “guerra de lugares”. E de como o receituário neoliberal da propalada busca de inserção do lugar na globalização, pela via do desenvolvimento exógeno, pode causar grandes prejuízos econômicos, sociais e políticos, para as comunidades locais.

10. FUNDECAM - NOVO TEMPO, NOVOS RUMOS, OUTRAS LEIS

Após as eleições municipais de 2008, com a conseqüente troca de gestores, já em 2009, outra equipe foi nomeada para conduzir os destinos do Fundo de Desenvolvimento de Campos, a mesma que permanece neste ano de 2014, ocasião em que são realizadas as pesquisas e entrevistas para o presente artigo.

Inaugura-se então, um novo tempo para o Fundecam. Outros gestores, outros propósitos, outras e melhores escolhas para estimular o desenvolvimento, agora com claras conotações locais e endógenas. Observando que tal equipe é formada por critério técnico, tendo seu atual presidente, Otávio Amaral, larga experiência e longa folha de serviços prestados no gerenciamento de créditos e cobranças do Pronaf e outros, todos vinculados ao Banco do Brasil, instituição da qual se aposentou antes de aceitar o convite para presidir o atual Fundecam. Otávio Amaral compôs sua equipe de seis membros, todos egressos do mesmo Banco do Brasil e com os quais já trabalhava naquela instituição. Desta forma o Fundecam passou a ter uma equipe gestora de formação técnica, experiente e afinada, habituada a trabalhar em conjunto por vários anos. O antes combalido Fundo de Desenvolvimento de Campos passou por um radical choque de gestão. A mudança teve início com a criação de um novo e melhor arcabouço legal para o Fundo. Leis foram aprovadas pela Câmara Municipal e sancionadas pela chefe do executivo, bem como Decretos executivos necessários para regulamentar tais leis pois as mesmas não são autoaplicáveis. Passemos ao marco legal.

A anterior Lei Estadual sobre Política de Recuperação Econômica dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro de Nº 4533 de 04/04/2005, sancionada pela então Governadora Rosinha, estabelece regime especial de recolhimento do ICMS equivalente a 2% (dois por cento) e se constituiu em um dos pontos de apoio legal para a atuação do Fundecam. A partir de 2009, a mesma senhora Rosinha, agora na qualidade de Chefe do Executivo Municipal sancionou as seguintes leis, visando reestruturar o Fundecam:

Lei nº 8.142, de 29 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a criação de linha especial de financiamento, direcionado para implantação do Microcrédito no Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.

Lei nº 8.173 de 15 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação do Fundo de Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos concedidos a microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Campos dos Goytacazes, vinculado ao Fundecam – Fundo de Desenvolvimento de Campos.

Lei nº 8.198, de 16 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas das Empresas financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento de Campos - Fundecam ao primeiro emprego para jovens até 29 anos de idade.

E ainda os Decretos: nº. 256/2011; e nº. 258/2011, ambos necessários à regulamentação das leis acima descritas, visto que as mesmas não são autoaplicáveis.

Sendo necessário ainda o inusitado Decreto nº 580/2011 que dispõe sobre o regulamento do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – Fundecam. A absurda surpresa aqui é que só depois de dez anos, o Fundecam foi regulamentado. O que nos demonstra que administrações anteriores a atual, estavam usando a lei nº 7084/2001 de forma imprópria. A rigor, aquelas outras administrações, agindo de afogadilho e de modo irresponsável, estiveram fazendo ilegítimo uso da lei.

A partir de 2009, agora com um bem constituído arcabouço legal, a atual equipe gestora do Fundecam pode atuar de forma legítima. E as decisões a partir de então demonstram a clara opção por outro e muito diverso modo de conduzir as ações voltadas para estimular o desenvolvimento econômico do município.

Foi criado o Programa Municipal de Microcrédito, incluindo os programas Fundecam Solidário e Fundação Cidadão, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, fomentando os empreendimentos produtivos, o fortalecimento dos negócios existentes e a introdução e formalização de novos empreendimentos, com acompanhamento, capacitação e acesso a crédito orientado, e, também, para desenvolver ações específicas no âmbito da economia popular e solidária e nos movimentos de inclusão social. O Fundecam Solidário, obrigado por lei, destina-se: ao apoio as comunidades carentes e de baixo IDH, promovendo o desenvolvimento dentro do conceito de economia solidária, crédito comunitário e microfinanças; dedica-se ao financiamento de microempresas, cooperativas, associações, empreendimentos autogestionáveis, microempreendedores individuais formais e informais, empreendimentos solidários, entre outros.(Lei nº 8.142, de 29/12/2009).

Passou a haver a exigência quanto à capacitação dos empreendedores para acesso ao crédito, com orientação sobre como, onde, quando e quanto investir, para obter o melhor resultado e favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos. Existe a obrigatoriedade do Fundecam de firmar parceria com entidades como o Sebrae, Incubadoras de Empresas e demais entidades habilitadas para qualificar, treinar e acompanhar o desempenho dos beneficiários daquela instituição. (Lei 8.142/2009, art.3º§6º)

Os recursos destinados ao Programa Municipal de Microcrédito são oriundos de parcela dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - Fundecam, provenientes de dotações do Orçamento Público Municipal, destacados das

participações governamentais referentes à produção de petróleo e gás, como *royalties* e participações especiais. (Lei 8.142/2009, art.4º).

Citadas leis exigem que os recursos sejam, prioritariamente, aplicados aos programas do Município e que visem melhorar as condições de trabalho e renda de famílias em situação de risco, em especial àquelas chefiadas por mulheres. Existindo ainda a reserva legal de 20% dos empregos criados para o primeiro emprego de jovens até 29 anos. (Lei 8198/2010). Estimulam o fomento às cooperativas ou outras formas associativas de produção e trabalho, bem como aval às operações que objetivem o acesso ao crédito e à geração de emprego e renda. Fica autorizada a aplicação dos recursos do Fundo em instituições da sociedade civil que operem microcrédito e outros fundos de fomento ao desenvolvimento da economia popular e solidária. São autorizados os empréstimos equalizados, quando os módicos juros cobrados, retornam como capital de giro às mãos dos tomadores que estiverem adimplentes e realizando a correta aplicação do dinheiro emprestado. Ficando o Fundecam obrigado a cobrar de todas as formas permitidas em lei o retorno do capital aplicado aos cofres públicos municipais. (Lei 8.142/2009).

Optou-se neste trabalho por elencar, com riqueza de detalhes, os pontos principais do novo marco legal do Fundecam pelos seguintes motivos: observar e realçar a grande diferença de qualidade e propósito do atual marco legal, se comparado ao anterior. E também dar publicidade acadêmica a tais conquistas legais, por serem democráticas e por propiciarem sim, as condições de fulcro para o desenvolvimento local, endógeno e sustentável no município de Campos dos Goytacazes. E por fim, por representarem, no rigor da lei, o compromisso da gestão pública com a cidadania municipal, oferecendo possibilidades para o uso, fiscalização e acompanhamento de tais programas de investimentos econômicos feitos com recursos públicos. Caberá a esta cidadania municipal exercer o direito/dever de se beneficiar, cobrar, exigir transparência e periódica prestação de contas da instituição Fundecam. E quiçá, que esta mesma cidadania se faça mais atuante, participativa e proativa, visto que agora já dispõe dos meios legais para tal.

11. ALGUNS RESULTADOS OFICIAIS

Para conhecer um pouco mais do atual Fundecam, fez-se necessária visita à sede da instituição onde entrevistas foram realizadas com três dos membros da equipe gestora. Agiram como entrevistadores o Orientador Romeu e Silva Neto e esta orientanda. Os entrevistados foram o Sr. Otávio Amaral, presidente, o vice-presidente Sr. Orlando Portugal e o Sr. José Antonio Gallo, advogado responsável pela assessoria jurídica. A recepção foi calorosa e todas as informações solicitadas foram prestadas sem restrições. Afirmando os entrevistados, que havia prazer em fornecer os dados aos quais desejam dar a maior publicidade possível, em especial a divulgação acadêmica por alcançar um público qualificado.

A respeito da primeira fase do Fundecam, pudemos confirmar algumas informações e ouvimos sobre a questão legal e a falta de legislação adequada, a ausência de garantias reais e mecanismos eficientes de cobrança aos inadimplentes. Soubemos pelo presidente, Otávio Amaral, que àquela época, os empréstimos eram feitos “como se a prefeitura fosse uma agência bancária, porém sem as cautelas e garantias de praxe”. E que “sequer uma cobrança eficiente era feita, quer por desinteresse, quer por falta dos mecanismos legais necessários para tal”. Por tais razões, as primeiras providências da equipe atual, foram no sentido de solicitar a feitura das leis e ainda realizar minucioso levantamento para apurar o verdadeiro montante das dívidas pregressas, deixadas sem cobrança pela gestão anterior. E sobre as quais pairavam notícias e mesmo informações oficiais, controversas e imprecisas.

Desta primeira empreitada, que consumiu meses de cuidadoso trabalho técnico e investigativo, resultaram o adequado arcabouço legal e a descoberta dos débitos, em montante assustador. Em números atualizados a dívida é de R\$238.614.000,00, trata-se de milhões mesmo. E ainda mais a considerável quantia de R\$ 31.000.000,00 que a atual equipe já conseguiu cobrar e restituir ao erário municipal.

Otávio Amaral informa ainda que “o volume maior de tal passivo incluí débitos de vários tomadores inadimplentes, boa parte sem garantias reais, o que dificulta a execução das dívidas”. Acrescentando ainda o presidente entrevistado que, atualmente “todos os débitos estão sendo executados, inscritos no Serasa e na dívida ativa do município. Tais processos de execução estão em andamento”. Há expectativas de receber e todos os esforços cabíveis estão sendo feitos, porém não se pode prever quando, nem quanto, de tais valores estarão de volta ao erário municipal.

Do conjunto das entrevistas realizadas com a atual equipe gestora do Fundecam, as informações colhidas demonstram que alguns bons resultados já podem ser aferidos. Com a ressalva de que, o ideal seria colher também as informações e dados providos da clientela beneficiada e de outras pessoas e instituições que, por ventura, estejam acompanhando o novo processo de atuação do Fundecam; para melhor aferição da realidade, será conveniente ouvir outros interessados, conhecendo o parecer do “outro lado da moeda”. Contudo tal não pode ser feito já que os nomes dos beneficiados não foram fornecidos sob alegação de sigilo.

Os dados elencados a seguir dizem respeito a atuações do Fundecam no período de 2011 até julho/2014, ocasião da pesquisa. E se referem a duas linhas de atuação. O Fundecam Solidário, dedicado ao microcrédito individual e o Fundecam Cidadão que se ocupa micro e pequenas empresas.

O chamado Fundecam Solidário cujo trabalho é dedicado especificamente ao microcrédito individual atende pessoas de baixa renda, via de regra, ambulantes, artesãos, prestadores de serviços como cabeleireiros, costureiras, salgadeiras e outras, e ainda camelôs estabelecidos no “Shopping Popular”. Observando-se que para ter acesso ao crédito, todos precisariam ser orientados, possuir CNPJ e contribuir para a Previdência Social conforme disposição da lei acima citada.

Em entrevistas realizadas em 15/09/2014 com o Superintendente de Microcrédito, Sr. José Elimar Kunsch, fomos informados que o Fundecam implementou a criação de uma equipe de Agentes Municipais de Empreendedorismo (AME), formada por agentes do Fundecam, da Codenca, da Vigilância Sanitária, Sebrae (Oficinas SEI: comprar, vender, administrar e planejar) e ainda do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Que tal equipe teria uma visão inclusiva e visaria orientar, qualificar e formalizar os empreendedores individuais. E que só após este treinamento e documentação pronta o crédito seria concedido aos tomadores. Tais empréstimos não são feitos com recursos provenientes de *royalties*, são recursos buscados em bancos, especialmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Fundecam Solidário apenas teria intermediado, e não realizado a concessão de micro empréstimos no valor total de R\$ 5.270.196,40 (cinco milhões, duzentos e setenta mil, cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Foram intermediadas 1.181 operações de microcrédito. Que permitiram a manutenção e melhoria de 1.911 postos de trabalho já existentes. Gerando ainda 324 novos postos de trabalho. Deste universo 543 tomadores de microcréditos, todos já

realizaram a adimplência total, pagando o valor emprestado e por isto se beneficiaram da chamada “equalização dos juros”. Tal disposição legal permitiu que os juros do total emprestado, e apenas os juros, no montante de R\$100.510,73 fossem restituídos aos bons pagadores para reinvestimento como capital de giro. Apenas e exclusivamente estes valores dos juros provêm de uma parcela dos *royalties* e participações especiais.

Um total de 6.791 micro empreendedores foram atendidos, somando-se os tomadores de créditos e aqueles outros beneficiados com orientação e apoio para qualificação e formalização de pequenos negócios já existentes e que não pleitearam empréstimos, visto já estarem atuando com recursos próprios. Conforme demonstram os quadros a seguir, fornecidos pela gerência do Fundecam:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDECAM - Fundo de Desenvolvimento de Campos



RELATÓRIO CONSOLIDADO DO FUNDECAM SOLIDÁRIO

Operações aprovadas:	1181
Valores aprovados:	R\$ 5.270.196,40
Equalização	
Valores devolvidos:	R\$ 100.510,73
Empreendedores contemplados:	543
Postos de trabalho	
Mantidos:	1911
Gerados:	324
Empreendedores atendidos:	6.791

Atividades mais atendidas	
1	Vendedor Ambulante
2	Loja de roupas
3	Salão de beleza
4	Lanchonete
5	Costureira
6	Mercearia

7	Cabeleireira Autônoma
8	Padaria
9	Bar
10	Artesanato

* POSIÇÃO AGOSTO 2014

Em 15/09/2014 entrevistamos também o Sr. Klaus Jonny Voll Superintendente de Fomento e responsável pelo Fundecam Cidadão, e só então fomos informados que o órgão não realiza empréstimos. Fomos informados que nesta área o Fundecam orienta e faz a intermediação de empréstimos atuando como agente financeiro (em alguns casos especiais, não informados, o Fundecam atua como financiador realizando aporte direto). Nesta linha de crédito foram realizadas 20 operações, significando que 20 pequenos e micros empresários foram beneficiados. O valor total dos empréstimos intermediados aqui foi de R\$48.827.211,26 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e onze reais e vinte e seis centavos). Resultando em 1.643 novos postos de trabalho gerados pelos empréstimos concedidos com recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Como os empréstimos vem sendo concedidos desde 2011, constata-se que do total de 20 tomadores, 17 deles já concluíram os pagamentos. E receberam como doação, a devolução dos juros, que somam R\$16.050.342,11. Valor este, de fato, oriundo dos *royalties* pagos ao município. Estes pequenos e microempresários puderam se recapitalizar em parte, e re-investiram nos próprios negócios criando mais 637 novos postos de trabalho, estes com recursos vindos do município pela via da “equalização dos juros”, e que representam os empregos realmente criados pelo Fundecam Cidadão. O quadro abaixo, fornecido pelo Fundecam, apenas demonstra o universo de empreendedores beneficiados com a equalização de juros, não demonstrando valores, nem quem foram os tomadores dos empréstimos.

TOTAL DE EMPREENDIMENTOS HABILITADOS AO FUNDECAM EQUALIZANTE - 2012 até set/2014

Ramo de atividade	Nº de Empreendimentos	Nº Operações	Valor (R\$)	Nº Empregos
Agropecuária	2	2	215.220,00	2
Cerâmica	4	4	838.000,00	37
Comércio	3	4	336.347,96	38
Construção Civil	4	6	4.229.544,79	39
Hotelaria	1	1	250.000,00	12
Medicina	2	2	181.229,36	9

Supermercado	1	1	10.000.000,00	500
TOTAIS	17	20	16.050.342,11	637

O

Observando as informações prestadas, incluindo as atuações do Fundecam Solidário e Fundecam Cidadão, conclui-se que o Fundecam, de 2011 a julho de 2014, atuou como agente financeiro, intermediando empréstimos no total de R\$ 54.097.407,60, colaborando para a geração de 958 novos postos de trabalho. Atentando para a significativa questão de que os recursos municipais investidos são apenas aqueles oriundos da “equalização de juros”. Sendo R\$ 100.510,73 ofertados pelo chamado Fundecam Solidário que propiciou a criação de 324 novos postos de trabalho. E R\$ 16.050.343,11 doados pelo município, através do Fundecam Cidadão, gerando 637 novos empregos. Observando-se o quadro a seguir, notamos que o quantitativo de empregos gerados pelo Fundecam, foi muito pequeno, com reflexo mínimo no universo de empregos gerados nos anos de 2011,2012 e 2013 em Campos dos Goytacazes.

Visto que os empréstimos são realizados com recursos bancários, impôs-se a necessidade de obtermos informações das agências que os realizam. Ao serem efetuadas entrevistas em 22/09/2014 com funcionário do Banco do Brasil Diego Duarte Barcelos, responsável pelo exame da documentação e contratos para empreendedores individuais e ainda com Paulo Branco funcionário da CEF que desempenha funções semelhantes, tivemos acesso a algumas informações esclarecedoras.

Que o Fundecam tem atuado como um parceiro, semelhante a um agente financeiro, que faz a intermediação dos tomadores com os dois bancos governamentais. “O cliente vai ao Fundecam para ter a equalização da taxa de juros. O empréstimo é feito sempre pelo BB”.

Ou ainda, nas palavras do funcionário da CEF: “O Fundecam atua como um braço da Caixa, onde tem seus próprios agentes de microcrédito, que fazem visitas aos clientes pleiteantes de empréstimos e visitas de acompanhamento para checar se o crédito fora utilizado conforme a solicitação. Os agentes repassam as informações para a Caixa. Esses agentes são necessários, pois a Caixa não teria um contingente de funcionários suficiente para atender a demanda. A CEF é a gestora do crédito e o Fundecam avalia se o cliente possui os requisitos para receber tal crédito.” Perguntado sobre a origem dos recursos para tais empréstimos, o funcionário informou que: “O primeiro contrato de MPO da Caixa foi assinado em 05/03/2010 em Pelotas-RS. A partir de então o governo federal criou os MPOs (Programa de Microcrédito Produtivo

Orientado Crescer). A Caixa tem diversas linhas de empréstimo para Pessoas Físicas e MPE e MEI, sendo o MPO uma delas. No caso do MPO (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer), o *funding* para o produto é proveniente da Exigibilidade – percentual do volume de depósitos à vista recolhidos ao BACEN, conforme Resolução do CMN 4000/2011, com isso, não é recurso direto da CEF.” Informando ainda que: “Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer contratou, desde o lançamento, mais de R\$ 3,2 bilhões e registrou 1,2 milhão de empreendedores atendidos. Informação do jornal interno da Caixa de 05/09/2014.”

Perguntado sobre se os beneficiados recebem alguma orientação/capacitação para melhor gerir estes empréstimos e estes negócios: ”Deveriam receber uma pequena consultoria sobre gestão de crédito, mas isso não acontece proativamente, e sim, reativamente. Nem nós, nem o Sebrae e nem o Fundecam possui contingente necessário para realizar proativamente. A inadimplência é tratada nas agências da CEF. Na avaliação do crédito às vezes é necessário aval de terceiros, quando julgarmos ser necessário, outras, apenas o aval do pleiteante e cônjuge. Sobre quem são os tomadores: “ As áreas de atividades contempladas são para varejo, pequenas confecções e setores de serviços. Eu particularmente já fiz MPO para lava - rápido, confecções de roupa, artesões de palha, academias, mercearias etc.”

12. CONCLUSÕES

Ao concluir, convém traçarmos algumas considerações. Primeiro observar que são realmente vultosas as quantias anuais que o município de Campos dos Goytacazes recebe dos recursos provenientes de *royalties* e participações especiais. Aqui exibimos apenas os três últimos anos, período atuação do atual Fundecam. Que tão significativa arrecadação coloca o município como o maior recebedor de verbas petrolíferas em todo o país. É apropriado, pois considerar que este é, de fato, o maior e mais petrorentista entre os municípios brasileiros.

CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ

Royalties + Participação Especial

ANO 2011	R\$ 1.122.441.684,00
ANO 2012	R\$ 1.364.134.625,22
ANO 2013	R\$ 1.303.221.507,47
TOTAL	R\$ 3.789.797.817,12

SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.
Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Considerando os anos de 2011, 2012 e 2013 o município recebeu R\$3.789.797.817,12 em royalties e participações especiais. Neste mesmo período o Fundecam aplicou verbas oriundas do petróleo em estímulo a micro empreendedores (Fundecam Solidário) no valor de R\$ 100.510,73 gerando 324 postos de trabalho. E aplicou em micro e pequenas empresas (Fundecam Cidadão) o valor de R\$16.050.342,11 gerando 637 novos empregos. Temos então que o investimento do município, via Fundecam, para geração de postos de trabalho e empregos foi de R\$16.150.852,84. Comparando a fortuna de *royalties* recebida e a modesta parcela investida na criação de novos postos de trabalho e empregos, há que se concluir que o investimento, em forma de doação, não foi apenas tímido, foi pífió.

Donde também se conclui que, surpreendentemente, as verbas maiores de R\$ 5.270.196,40 (via Fundecam Solidário) e R\$16.050.342,11(via Fundecam Cidadão) não foram investidas pelo município. Neste caso o Fundecam agiu apenas como intermediário (ou agente financeiro). Tais verbas vieram através dos dois bancos públicos (BB e CEF), mais precisamente do “MPO/MEI (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer) e MPE (Micro e Pequenas Empresas) e ainda o MGE (Médias e Grandes Empresas), *o funding* para o produto é proveniente da Exigibilidade – percentual do volume de depósitos à vista recolhidos ao BACEN, conforme

Resolução do CMN 4000/2011, com isso, não é recurso direto da CEF ou do BB.” Portanto, programas sociais do Governo Federal. Observando-se que bancos particulares também podem intermediar tais programas, mas não se interessam por serem juros muito baixos.

No segundo considerando, abordamos a questão da geração de postos de trabalho e empregos. Ao observar a grande evolução no quadro de Empreendedores Individuais nos últimos anos no Município de Campos dos Goytacazes podemos constatar que a contribuição do Fundecam foi muito pouco significativa. Enquanto os programas do Governo Federal alavancados pela CEF e o BB propiciaram um crescimento espetacular nesta área nos últimos anos, saltando de apenas 164 postos de trabalho em 2009 para 10.154 postos em 2013, a contribuição do Fundecam, no mesmo período, limitou-se à geração de apenas 324 postos de trabalho.

EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - EVOLUÇÃO EM CAMPOS

DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ /2013
164	2.812	5.718	8.138	10.154
FONTE: WWW.PORTAL DO EMPREENDEDOR. GOV. BR em Outubro de 2014.				

O que tange à geração de empregos formais, o quadro a seguir, com dados do MTE/Rais demonstra a evolução de novos empregos de 76.875 em 2009 para 98.220 em 2013. Novamente o que se constata é uma modesta contribuição do Fundecam em apenas 637 novos empregos.

Evolução do Emprego em Campos período 2002 - 2013

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rj-Campos dos Goytacazes	Serviços	19.697	19.922	23.629	25.170	25.993	35.473	33.515	23.136	25.006	26.513	28.822	31.773
Rj-Campos dos Goytacazes	Comércio	14.088	15.355	16.793	17.209	18.452	20.081	21.362	21.433	23.322	25.160	25.889	26.856
Rj-Campos dos Goytacazes	Administração Pública	6.962	10.324	9.920	18.267	20.189	23.455	13.632	13.809	18.608	18.641	18.043	18.331
Rj-Campos dos Goytacazes	Indústria de Transformação	6.147	7.231	7.549	7.465	8.466	10.426	8.967	9.023	8.396	8.249	8.981	8.522
Rj-Campos dos Goytacazes	Construção Civil	2.852	3.661	3.965	3.350	5.282	5.344	6.375	5.472	8.091	9.379	7.435	8.341
Rj-Campos dos Goytacazes	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pes	2.248	3.596	6.022	4.982	3.961	2.944	2.779	2.132	2.116	2.391	2.282	2.145
Rj-Campos dos Goytacazes	Serviços Industriais de Utilidade Pública	809	1.508	1.465	1.575	1.687	1.304	1.407	1.670	1.622	1.540	1.825	1.914
Rj-Campos dos Goytacazes	1 - Extrativa Mineral	140	153	152	142	194	215	193	200	219	237	264	338
Rj-Campos dos Goytacazes	Total	52.943	61.750	69.495	78.160	84.224	99.242	88.230	76.875	87.380	92.110	93.541	98.220

Fonte: Rais/MTE - Elaboração Romeu S. Neto - Publicação Blog Roberto Moraes

Terceiro considerando, a questão da qualificação, orientação e acompanhamento no uso dos créditos. Neste aspecto o Fundecam merece os melhores elogios. A equipe gestora tomou decisões importantes ao providenciar o novo marco legal, e outras muito positivas, ao tecer parcerias com vários outros órgãos públicos, criando o (AME) Agentes Municipais de Empreendedorismo, formada por agentes do Fundecam, da Codenca, da Vigilância Sanitária, Sebrae(Oficinas SEI: comprar,vender, administrar e planejar).E ainda a profícua parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal que permite o acesso aos PMOs ((Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer) e seus assemelhados MPE e MEI.Tem sido expressiva a atuação de toda esta equipe na orientação e difusão dos conhecimentos relativos ao empreendedorismo e no ato de propiciar acesso ao crédito orientado e à inclusão de muitos na Previdência Social. Muitos eventos tem sido organizados nos bairros urbanos e nas vilas dos Distritos para estimular e orientar alguns milhares de pessoas. E se tais ações não resultaram em grande número de empregos e postos de trabalho, resultaram sim, em expressivo aumento de pessoas orientadas e com sua situação, antes informal, agora formalizada, aumentando ainda a segurança social. Melhorando a qualidade dos serviços e produtos oferecidos por empreendedores individuais no que tange à segurança e higiene, bem como reduzindo a margem de inadimplência e fracasso na experiência de gerar e gerir seu próprio posto de trabalho. Neste aspecto o Fundecam tem atuado de maneira proveitosa e podemos concluir tem cumprido seu objetivo de impulsionar o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.petroleo.rj.gov.br/index.php/menuservicos/download/category/30-atlas-da-distribuio-dos-royalties-no-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 08 out. 2014.

Centro De Informações E Dados Do Estado Do Rio De Janeiro (CIDE). Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acessado em 15 jun. 2013.

CRUZ, José Luis Vianna da. *Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ. 1986.

CRUZ, José Luis Vianna da. *Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

CRUZ, José Luis Vianna da. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense / Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2006.

CRUZ, José Vianna da/MANHÃES PINTO, Ana Beatriz. Quissamã: um município petro-rentista. . Petróleo e região no Brasil; o desafio da abundância. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2007.

FAURÉ, Yves - A. Macaé: continuidade do crescimento municipal e ampliação das transformações locais nos anos 2000. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense:da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

FAURÉ, Yves A; HASENCLEVER, Lia. O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos avançados nas realidades municipais. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

FLEURY, Afonso e FLEURY, Maria Teresa L. Aprendizagem e Inovação Organizacional: As experiências de Japão, Coréia e Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

MONIÉ, Frédéric, VIDAL, Soraia M.do S.C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. RAP-Rio de Janeiro 40 (6):975-95, Nov/Dez.2006.

PESSANHA,Roberto Moraes.*Radiografando o orçamento de Campos dos Goytacazes (2000-2004). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense:da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/*

(organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. Petróleo e região no Brasil; o desafio da abundância. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2007.

POCHMANN, Márcio (org.), Reestruturação Produtiva – Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho. São Paulo-SP: Makron books.

SANTOS DIAS, Robson; SILVA NETO, Romeu. A dinâmica socioeconômica de Macaé a partir da instalação da cadeia produtiva de petróleo e gás. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo* / (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SERRA, Rodrigo Valente, TERRA, Denise Tavares. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense / Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2006.

SERRA, Rodrigo Valente. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo* / (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SILVA NETO, Romeu. A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2004. Boletim técnico n. 13. *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes, 2005.

SILVA NETO, Romeu; BARRAL NETO, Jayme Freitas. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo* / (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SILVA NETO, Romeu; *et al.* Campos dos Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo* / (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A. (orgs.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora: Fortaleza UECE. 1996.

TOTTI, Maria Eugênia F. e PEDROSA, Paulo. Região Norte Fluminense: terra de contrastes. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2006.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL MODALIDADE
PROFISSIONAL LINHA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO E
SUSTENTABILIDADE**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, GUERRA DE
LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ.**

ORIENTANDA: MARIA DAS DORES ROCHA

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

OUTUBRO - 2014

MARIA DAS DORES ROCHA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, A GUERRA DE
LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental, área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Romeu e Silva Neto

Campos dos Goytacazes/RJ – 2014

Dissertação intitulada DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, A GUERRA DE LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ. Elaborada por e Maria das Dores Rocha apresentada publicamente perante a banca examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental pelo programa de pós-graduação em Engenharia Ambiental, área de concentração Sustentabilidade Regional, linha de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade do Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia.

Aprovada em

Banca Examinadora:

.....

.....

.....

Nome, titulação/ IES na qual concluiu o curso e IES na qual está vinculado(a) -
Orientador(a)

.....

.....

.....

Nome, titulação/ IES na qual concluiu o curso e IES na qual está vinculado(a)

.....

.....

.....

Nome, titulação/ IES na qual concluiu o curso e IES na qual está vinculado(a)
DEDICATÓRIA

Às minhas netas Mell (8anos) e Ana Clara (2 anos) porque suas vidas trazem alegria ao meu coração e nutrem em mim o dever de permanecer aprendendo e buscando o sentido pessoal do que seja compromisso intergeracional. A elas dedico meus esforços e minha crença de que “Um mundo melhor é possível”. Elas hão de ser cidadãs de um tempo em que a solidariedade, a justiça e a busca por um mundo mais fraterno e pacífico serão mais que meras palavras.

Agradecimentos

Agradeço a meus filhos, Andrey Sávio, Juliana Dolika e Mayan pelo apoio e incentivo que me ofereceram ao longo de mais esta jornada de aprendizado, mas, sobretudo lhes sou grata por estarem sobrevivendo com dignidade em tempos tão ameaçadores à decência. Meu respeito a todos os docentes deste Mestrado. Minha gratidão, ternamente comovida, ao meu orientador Romeu e Silva Neto. Sem seu saber, estímulo e dedicação, esta avó não teria alcançado a meta que audaciosa e extemporaneamente se propôs. Aos colegas que, apesar da grande diferença de tempo entre nós, me acolheram como a uma igual, em especial à Kelly e Leonardo por suas presenças jovens e solidárias. Gratidão maior aos mestres de vida, meus mortos queridos a quem devo o tesouro dos bons exemplos.

No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

No presente trabalho pretende-se examinar a criação, existência e atuação de um Fundo de Financiamento e Investimentos - o Fundecam – Fundo de Desenvolvimento de Campos. Observar como, em seus poucos anos de existência, passou por alterações introduzidas em sua constituição que alteraram sua proposta inicial. Aferir se ele vem se constituindo em um instrumento válido e capaz de favorecer o desenvolvimento local. Se os tipos de negócios por ele fomentados são realmente locais, endógenos e sustentáveis. Buscar explicitar como o financiamento público pode ser determinante na criação de alternativas que incrementem o desenvolvimento local e regional. Considerar os altos orçamentos dos municípios da Bacia de Campos, recebedores de royalties e participações especiais advindos da produção de petróleo, e examinar especificamente Campos dos Goytacazes, como maior recebedor, de que forma vem usando estes recursos através de seu fundo de financiamento em investimentos privados. Registrar como, em sua primeira fase, o Fundecam e os investimentos públicos por ele realizados foram fator importante na decisão locacional de várias indústrias que se instalaram no município. Averiguar se a existência e forma de gestão do Fundecam podem caracterizá-lo como um instrumento que incrementa a chamada “guerra de lugares”. Analisar os principais resultados trazidos por tais investimentos e como as indústrias que deles se beneficiaram atuaram na economia local. Examinar a mudança constitucional (legal e política) do fundo implementada na segunda fase de vida do Fundecam e observar qual é e como vem se dando seu desempenho na atualidade. Sobretudo se atende aos requisitos do desenvolvimento local, endógeno e sustentável. Palavras chaves: Desenvolv. local, financiamento publico, emprego e renda.

ABSTRACT –

In the present study intends to examine the creation, existence and performance of a Fund for Financing and Investment - the Fundecam - Field Development Fund. Observe how, in its few years of existence, has undergone changes in its constitution which changed its original proposal. Assess whether it has turned into a valid and able to foster local development instrument. If the types of business fostered by it are really local, endogenous and sustainable. Find explain how public funding can be decisive in creating alternatives that enhance local and regional development. Consider the high budgets of municipalities of Campos Basin, recipients of royalties and special participation arising from oil production, and examine specific fields of Goytacazes as largest recipient, how come using these resources through their financing fund in private investments. Register as, in its first phase, the Fundecam and public investments made by him were important locational factor in the decision of various industries who settled in the city. Ascertain the existence and form of management Fundecam can characterize it as a tool that enhances the "war of posts." Analyze the main results brought by these investments and how the industries that benefited them worked in the local economy. Examine the constitutional change (legal and political) of the fund implemented in the second phase of life Fundecam and observe what is occurring and how their performance today. Especially if the site meets the requirements, endogenous and sustainable development.

Key words: local development, public employment and income funding.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AME- Agentes Municipais de Empreendedorismo

ANP- Agencia Nacional do Petróleo

APL- Arranjo Produtivo Local

BACEN- Banco Central

BB- Banco do Brasil

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Social

CEF- Caixa Econômica Federal

DLIS- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

FINAME- Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FUNDECAM - Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IFF- Instituto Federal Fluminense

INVESTARIO- Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro

MEI- Micro Empreendedor Individual

MGE- Médias e Grandes Empresas

MPE- Micro e Pequenas Empresas

MPO- Programa de Microcrédito orientado

OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do RJ

P&D - Planejamento e Desenvolvimento

PIB- Produto Interno Bruto

PRONAF- Programa Nacional Agricultura Familiar

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC- Serviço Nacional do Comércio

SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI- Serviço Social da Indústria

SEST- Serviço Social do Transporte

UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS.....	11
3. METODOLOGIA	12
4. JUSTIFICATIVA.....	12
5. AS TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	13
6. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	15
7. DESENVOLVIMENTO LOCAL COM BASE NO INCREMENTO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS	18
8. <i>ROYALTIES</i> E “GUERRA DE LUGARES” NA BACIA DE CAMPOS	20
9. CRIAÇÃO E ATUAÇÃO INICIAL DO FUNDECAM.....	25
10. FUNDECAM - NOVO TEMPO, NOVOS RUMOS, OUTRAS LEIS	31
11. ALGUNS RESULTADOS OFICIAIS	34
12. CONCLUSÕES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

13. INTRODUÇÃO

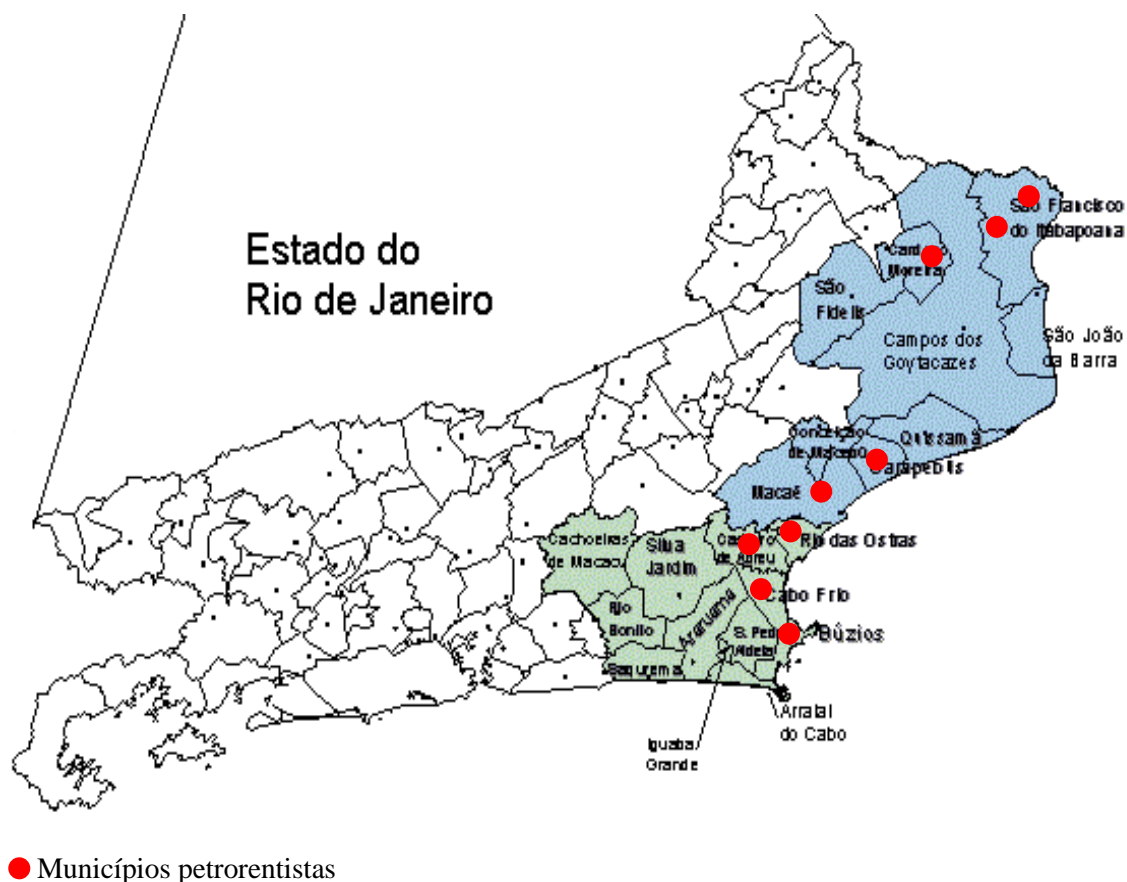
Neste trabalho a pretensão é observar e demonstrar como algumas políticas públicas de financiamento podem ou não ser fator determinante na estratégia de desenvolvimento local. Observar que mesmo havendo aporte orçamentário de grande vulto, este fator, por si só pode não garantir sucesso na busca de desenvolvimento e nem resultar em ganhos sociais para o local. As políticas públicas de financiamento, a depender da forma como são concebidas e ou implementadas, podem frustrar ou realizar o objetivo de gerar empregos e renda para as comunidades onde são aplicadas. Podem ainda acarretar grandes prejuízos ao erário público municipal. E até mesmo se caracterizar como possíveis “armas e munições” na deletéria “guerra de lugares”, tornando-se assim políticas públicas equivocadas e insustentáveis.

O presente estudo ocorre no município de Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense do Estado de Rio de Janeiro. Escolhido por ser o município de maior dimensão geográfica, mais populoso do Estado e maior beneficiário dos recursos sob a forma de *royalties* e participações especiais advindos da exploração de petróleo e gás, entre todos os municípios do país.

A questão da distribuição das rendas petrolíferas é objeto de polêmicas e disputas, tendo sido regulamentada pelas leis nos 7.990/89 e 9.478/97, esta última conhecida como Lei do Petróleo, a qual, entre outras determinações, concretizou a quebra do monopólio estatal da exploração do petróleo e do gás natural. Além disto, a Lei do Petróleo também contribuiu para a aprovação e cristalização de notórias impropriedades dos referidos critérios de distribuição e uso de tais verbas. (Leal e Serra, 2002, p. 3)

Tais impropriedades legais beneficiaram mais alguns municípios, que se uniram formando a Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do RJ) cuja maior atuação é defender o grande privilégio concedido aos municípios que a formam. Assim, grandes recursos passaram a ser injetados mensalmente nos cofres públicos dos municípios beneficiados. Tornando-os exceção, se comparados à maioria dos municípios brasileiros. “Emirados” ou “sheiks” fluminenses, municípios “novos ricos”, “pobres municípios ricos” ou “petrorentistas” são alcunhas recentes que procuram denunciar, a um só tempo, o ingresso fabuloso de rendas petrolíferas (*royalties* +

participações especiais) nos caixas dos municípios das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas e as impropriedades técnicas e legais no processo de aplicação destas rendas. Os maiores beneficiados são os municípios de Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, Casimiro de Abreu, Carapebus, Cabo Frio, Armação de Búzios, São João da Barra e Campos dos Goytacazes.



Fonte: Mapa elaborado por Dias (2005)

14. OBJETIVOS

Neste artigo, a atenção se concentrará no município de Campos dos Goytacazes por ser o mais bem aquinhado entre os municípios petrorentistas e por ter sido entre os anos de 2002 e 2008, aquele que conseguiu atrair uma significativa quantidade de indústrias ao oferecer crédito barato e condições especialmente vantajosas, a partir da disponibilidade de recursos reunidos em um fundo formado por pequena parte dos *royalties* que o município recebe, designado como Fundecam— Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes. A análise se estenderá para a segunda fase do Fundecam, quando a partir de 2009 passou por amplo processo de mudança,

podendo-se dizer que o mesmo foi recriado, tal a profundidade das alterações efetuadas. Com a troca na gestão municipal via eleições de 2008, o Fundecam passou a ser administrado por outra equipe que implantou através dele uma nova concepção para estimular o desenvolvimento no município. Outra passou a ser a forma de aplicação e a destinação dos recursos, passando a financiar pequenos negócios pelo sistema de microcréditos. E a política pública de desenvolvimento do município fez uma clara opção, no que tange ao Fundecam, criando um novo marco legal mais prudente, seguro e direcionando os investimentos para pequenos e médios negócios, em sua maioria locais, populares e endógenos.

Averiguar se com esta nova conformação estrutural, o Fundecam pode ser considerado um instrumento eficiente de financiamento público que pretende incrementar o desenvolvimento endógeno e sustentável através de apoio a empreendedores individuais e a micro e pequenos empreendedores, alavancando a criação de postos de trabalho e empregos formais.

15. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consta de entrevistas qualitativas realizadas com vários gestores do fundo, com gerentes de negócios do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e com representante do meio acadêmico do município. Foram entrevistadas também as duas pessoas que presidem atualmente o fundo. Foram pesquisados trabalhos acadêmicos realizados anteriormente em instituições de ensino superior do município que se dedicaram a examinar a primeira fase de vida do fundo. Foram analisados dados estatísticos em mapas e gráficos originados de fontes oficiais como o próprio fundo, RAIS, IBGE, ANP e outros. A fundamentação teórica foi buscada nas teorias da localização industrial, da disputa fiscal entre os lugares, a chamada “guerra de lugares” e ainda nos estudos de acadêmicos especialistas em desenvolvimento endógeno. Para tanto se pesquisou em livros, trabalhos acadêmicos, revistas científicas e *sites* e *blogs* na web.

16. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as teorias da localização, da “guerra de lugares” e do desenvolvimento endógeno, a hipótese levantada foi a de descobrir se o Fundecam, em especial em sua segunda fase de existência que abrange de 2009 a 2014, tem se pautado

pelos princípios econômicos do desenvolvimento endógeno sustentável e qual a possível repercussão de sua atuação no desenvolvimento, na cultura do empreendedorismo e na geração de emprego e renda para o município de Campos dos Goytacazes. E ainda, averiguar se os extraordinários recursos provenientes de *royalties* e participações especiais da extração e produção do petróleo que são pagos ao município estão sendo utilizados para estimular a busca de um desenvolvimento endógeno, com alternativas econômicas que possibilitem a transição menos traumática para a fase, já anunciada, de “amadurecimento” e mesmo esgotamento dos poços petrolíferos da Bacia de Campos.

17. AS TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Desde os princípios de sua formulação teórica são notórias as dificuldades de se estabelecer uma teoria geral da localização industrial. Tais dificuldades residem no fato de as indústrias responderem muito mais a estímulos setoriais do que a uma condicionalidade geral no seu processo de localização. As primeiras contribuições ao estudo da localização industrial se relacionam à economia clássica e datam do século XIX. As dificuldades de se estabelecer uma teoria geral da localização industrial fizeram com que os primeiros estudos sistemáticos acerca do assunto se prendessem apenas aos aspectos “parciais” do problema (Mota, 1968). Johann Heinrich Thünen, considerado o “pai dos teóricos da localização”, e Wilhelm Launhardt, os primeiros a estudar a questão, seguiram nesta linha. A primeira tentativa de estabelecimento de uma teoria geral se deu com Alfred Weber, autor que ao formular uma teoria “pura” das causas econômicas que determinariam a localização industrial, mesmo sem ter esta intenção precípua, estabeleceu uma matriz para diferenciação dos conceitos de teoria geral e teoria parcial da localização. Convém lembrar que Weber dedicou seus estudos apenas às indústrias de transformação e ainda assim suas observações constituem base teórica respeitada para se estudar a questão da localização econômica. A obra mais respeitada do teórico alemão Weber é *Über den Standort der Industrien*, na versão inglesa: *Theory of Location of Industries* (1957).

A revolução técnico-científica consolidada nos anos 1970 é vista como divisor de águas no que tange à história do conceito da localização industrial. Desde então a territorialidade, as relações entre os espaços e os locais, ganham significado diverso do

antigo modelo de organização espacial rígido e concentrador conhecido como modelo fordista, possibilitando o nascimento de arranjos espaciais muito mais flexíveis. A nova etapa histórica rompe com o modelo rígido fordista de estruturação do espaço. Os avanços técnicos, científicos e da informação/comunicação global propiciam contínuos fluxos de bens, valores e saberes por todo o planeta e fazem surgir o mercado global e a chamada acumulação flexível. (Santos, 2004).

A mudança do modelo fordista para a acumulação flexível exigiu alterações profundas, gerando o processo de reestruturação produtiva, que impôs novos significados para a organização da produção. E os velozes fluxos da “aldeia global” e suas novas tecnologias encurtaram as distâncias, modificaram a articulação convencional de tempo/espaço. Desta forma se fez um processo de fragmentação do espaço geográfico que levou também à fragmentação do processo produtivo, criando outra interpretação para a espacialidade.

Com a derrocada do modelo fordista e sua substituição pelo chamado modelo de acumulação flexível uma grande alteração ocorre na estruturação das indústrias. Alguns dos ramos industriais mais tradicionais se deslocam das regiões metropolitanas para as cidades de médio porte buscando maiores lucros, beneficiando-se entre outros de incentivos fiscais e mão de obra mais barata.

Enquanto antes dos anos 70 a proximidade física das empresas em relação aos fatores de produção (recursos naturais, tipo de clima, matérias-primas, oferta de mão de obra e seu tipo de qualificação) constituía fator importantíssimo, a partir de então cada vez mais vem se configurando como elemento secundário, embora varie em grau para diferentes setores. Isso porque a emergência de um mercado global somada ao surgimento das novas tecnologias resultou na organização de uma espacialidade industrial que não se baseia mais no antigo padrão centro-periferia, atuando agora em redes. (Dias & Silva, 2004).

Desse modo, com o processo de globalização, a acessibilidade passa a ser mais importante que a localização física. Fatores como infraestrutura, incentivos fiscais, passam a ser políticas públicas voltadas para atrair e agilizar os processos produtivos e logísticos ganhando fundamental importância para a decisão locacional (Grael & Grael, 2002). A existência de facilidades ofertadas pelos locais e agilidade para escoamento da produção passam a ser tidas em alta conta na pauta dos fatores para a localização das empresas industriais. Contudo, as *verticalidades* também trouxeram mazelas ao lugar.

Justamente pelo fato de as empresas estarem mais conectadas com outros lugares distantes do que com o próprio local de sua instalação. (Dias & Silva Neto, 2004).

18. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Durante o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 70, diversos países perseguiram intensivamente um modelo de desenvolvimento econômico fordista baseado principalmente na tentativa de industrializar-se com grandes empresas e na ampliação da infraestrutura por meio de intervenções públicas. Segundo Franco (2000), o crescimento concentrado era o paradigma teórico dominante, sobre o que se embasavam as estratégias de crescimento.

Esse modelo, no entanto, aos poucos foi perdendo espaço para um modelo de desenvolvimento como estratégia territorial, baseado agora na utilização dos recursos locais a partir do potencial endógeno de cada território. Esta nova concepção de desenvolvimento local consiste em ter uma visão estratégica que permita por em marcha um conjunto coerente de orientações, decisões e projetos, com o propósito de alcançar objetivos definidos de maneira concentrada. Objetivando a criação de empresas, emprego, bem estar social e qualidade de vida, aliada ao desafio de promover um desenvolvimento sustentável, emerge uma nova filosofia de desenvolvimento local com uma visão integrada e compatível com o meio ambiente, as necessidades sociais e econômicas, considerando os níveis locais e globais, a curtos e longos prazos. (Silva, 2002).

A emergência desse novo modelo de desenvolvimento agora endógeno, com enfoque local, vem ocorrendo nas últimas quatro décadas, suscitando debates intensos entre estudiosos e diversas instituições. Para Franco (2000) os diversos pontos de vista podem ser agrupados em dois grandes campos.

No primeiro campo, estão os que enfatizam predominantemente a questão, antiga, do ‘desenvolvimento estritamente *econômico* local’. Franco adverte que essas visões que enfatizam ao máximo o papel do fator econômico não questionam o padrão de desenvolvimento. E não percebem que este padrão de produção e consumo tende a inviabilizar a vida das gerações futuras. Tais visões levam a ações que parecem ignorar o fato óbvio de que os recursos naturais são finitos. E que tal modelo de crescimento

econômico, capitalista e neoliberal, por si só, pode aumentar simultaneamente a concentração de riqueza para alguns, enquanto aumenta o número de pobres, ampliando o fosso social entre eles. Os defensores de tal visão ignoram que enquanto a riqueza, o conhecimento e o poder não forem democratizados, a renda permanecerá concentrada. Os mais moderados deste campo de visão, pretendem orientar um tipo de crescimento econômico que aproveite com mais eficiência os recursos endógenos existentes em uma determinada zona para criar empregos e qualidade de vida para a população, contribuindo assim para a superação da pobreza.

Já no segundo campo, estão aqueles que questionam o padrão de mero crescimento econômico. Este ponto de vista propõe um modelo de *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* - DLIS. Para Franco, esse ponto de vista mais amplo nasce do encontro de várias contribuições que vão desde a experiência das comunidades alternativas, passando pelo movimento sócioambiental, até a chamada ação cidadã. Nesse campo, enquadram-se vertentes como a dos ambientalistas na proteção do meio ambiente e a das sociedades civis organizadas no enfrentamento da exclusão social. Também nesse campo, as pessoas e instituições propõem um desenvolvimento local, que considere, além dos fatores econômicos, as dimensões social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, incluindo suas inter-relações, no sentido de tornar dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas em uma unidade sócio territorial delimitada (Silva,2008).

No contexto desse segundo campo o território não deve ser entendido como mero espaço físico, mas como: (DelNet – UD1, 1999)

- o ambiente onde se dão as relações sociais e econômicas;
- o contexto em que a cultura e outros aspectos locais não transferíveis são sedimentados e se firmam ao longo do tempo;
- o local onde os indivíduos e as empresas estabelecem relações;
- o ambiente onde instituições públicas e privadas interagem para regular a sociedade;
- um fator estratégico de oportunidades de desenvolvimento;
- a existência de articulação entre os agentes locais.

Cabe aqui tornar claro que neste trabalho não se opta pela visão de crescimento econômico. Ao contrário, assume-se como desenvolvimento local o processo pelo qual se busca potencializar a mobilização dos recursos humanos, institucionais, financeiros e outros recursos locais para, a partir da geração de alternativas econômicas, incorporar os demais aspectos do desenvolvimento buscando a sustentabilidade social, política e ambiental. (Palácio, 1999).

A crescente globalização dos mercados, o aumento da concorrência internacional, o crescente endividamento do setor público, as alterações na divisão do trabalho e da produção e as inovações tecnológicas, que tiveram início na década de 80, consolidaram as tendências de mudança e provocaram uma profunda reorganização estrutural nos diversos setores econômicos. (DelNet - UD2, 1999)

Os mercados atuais, mais competitivos e exigentes, provocaram uma verdadeira reestruturação produtiva nas empresas, obrigando-as a migrar do modelo fordista para o atual, na busca de maior eficiência e competitividade.

A partir do Quadro 1, nota-se que a reestruturação industrial busca maior eficiência frente aos mercados cada vez mais competitivos, seja em âmbito nacional ou internacional. A informação, a tecnologia e a gestão organizacional passam a ser a base do processo de competição espacial a partir das vantagens produtivas em nível local. Assim, empresas e países elegeram esses elementos como instrumentos preferenciais de competição na tentativa de escapar da crise dos anos 70. Os investimentos dirigidos para P&D, programas de qualidade e redução de custos tiveram como resultado a introdução de novos produtos e ganhos nos processos produtivos. Contudo, o retorno à lucratividade não garante a recomposição dos postos de trabalho eliminados em função da utilização da tecnologia. O problema de desemprego resultante da reestruturação das indústrias, portanto, tem de ser solucionado mantendo-se a reestruturação do sistema produtivo, mas buscando-se novas alternativas de emprego sob a nova óptica do desenvolvimento local. (Silva, 2002).

	1944 a 1970	1980 a 1998/2000
Modelo de produção	<p>Fordista:</p> <p>crescimento econômico baseado na acumulação</p> <p>desenvolvimento como sinônimo de industrialização e urbanização</p>	<p>Reestruturação produtiva</p> <p>processo de ajuste da economia tanto no nível setorial como no espacial/territorial (descentralização da produção)</p>

Características	produção em massa em grandes plantas industriais urbanas economia de escala economia de aglomeração	maior flexibilidade econômica e social alterações de demanda fabricação de novos produtos e produção diferenciada aumento da concorrência no mercado aplicação de novas tecnologias de produção e comunicação novas formas de acumulação de capital
Organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • organização hierárquica do trabalho • trabalhadores com conhecimento e habilidades monovalentes 	<ul style="list-style-type: none"> • gestão participativa e distributiva de responsabilidades • trabalhadores com conhecimento e habilidades polivalentes
Efeitos	No mercado de trabalho: condicionamento do mercado aumento do desemprego poucos recursos para reduzir o desemprego	Na produção: aumento de produtividade e da taxa de benefícios no mercado de trabalho: melhores instrumentos para facilitar a criação de empresas e geração de emprego.

Quadro 1: A comparação entre o modelo fordista de produção e o atual modelo
 Fonte: DelNet - UD 1 (1999)

19. DESENVOLVIMENTO LOCAL COM BASE NO INCREMENTO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS

No novo contexto pós-fordista, políticas de desenvolvimento local assumem importância estratégica na geração de novos postos de trabalho, especialmente, no que diz respeito ao fomento às micro e pequenas empresas. Essas empresas podem utilizar a vantagem da especialização e da maior flexibilidade para a geração de novos postos de trabalho, visto que, sendo menores podem alcançar maior eficiência em serviços específicos e na execução de parte das atividades da cadeia produtiva. Além do mais, elas se beneficiam de leis fiscais especiais como Simples e Supersimples. Observando-se, porém, que o mercado de trabalho local de micro e pequenas empresas pode oferecer

menores salários e piores condições de trabalho que aquele gerado por grandes empresas. (Silva, 2002).

Nesse sentido, a proliferação e o dinamismo das micro e pequenas empresas, assim como a economia em pequena escala, aparecem como uma necessária adaptação das mudanças no modelo econômico atual. Ao mesmo tempo, a escassez de emprego tem provocado a criação de empresas por indivíduos empreendedores que buscam explorar suas potencialidades e assim ascender a um posto de trabalho. (DelNet - UD1, 1999).

Sob esta óptica, tem-se a valorização da dimensão territorial e do local, dado que:

- é no nível local que se pode prestar um apoio mais eficaz às micro e pequenas empresas;
- a partir da estrutura, especificidade e capacidade locais é possível estabelecer políticas e estratégias para promover o desenvolvimento integral e sustentável, além do crescimento econômico.

De modo complementar, segundo Xavier (1998), a construção de parcerias entre os agentes comunitários, o setor público e representantes do setor privado – envolvendo os grandes, médios e pequenos empresários – é de vital importância para o enfrentamento também dos problemas ambientais decorrentes principalmente:

- da carência no atendimento dos serviços de saneamento ambiental – abastecimento d'água, coleta e destino final de esgotos e de resíduos sólidos, drenagem e controle de vetores (animais que convivem com o lixo – ratos, mosquitos, baratas – e que dali conduzem doenças para o homem);
- da poluição gerada pelas atividades comerciais, industriais e agrícolas; e
- da utilização predatória do solo urbano e rural que produz as áreas degradadas e vulneráveis.

Nesse sentido, cabe lembrar alguns exemplos especiais, como os distritos industriais italianos, as redes de subcontratação japonesas, as *technopôles* francesas, as concentrações de empresas de alta tecnologia nos Estados Unidos e ainda alguns exemplos de arranjos produtivos locais (APLs) no Brasil, como é o caso de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul. Tais exemplos ratificam a ideia de que a articulação das pequenas empresas, seja em redes verticais ou horizontais, seja pela criação de uma estrutura articulada de apoio comum, pode garantir o aumento da competitividade das

micro e pequenas empresas e de suas chances de sobrevivência. Esses tipos de articulação constituem alternativas viáveis de apoio ao pequeno empresário ou pequeno empreendedor e, conseqüentemente, contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico regional ou local. (Silva, 2002)

20. ROYALTIES E “GUERRA DE LUGARES” NA BACIA DE CAMPOS

Juntamente ou mesmo como conseqüência da ressignificação do território e do lugar, surge o fenômeno conhecido como “guerra fiscal” ou “guerra dos lugares”. A guerra de lugares significa, antes de tudo, a imposição da lógica competitiva do capitalismo neoliberal a níveis escalares cada vez menores, onde palavras como eficiência, plano de negócios, produtividade, lucro, concorrência, destacadamente pertencentes ao mundo empresarial, passam a incorporar-se à realidade das cidades e regiões definindo o seu “desempenho”. Os países fragmentam-se em “cidades/regiões – empresas” ávidas em mostrar que são mais eficazes do que as outras na atração de investimentos.

Nesta guerra os vencedores são os grandes grupos empresariais, que, como se estivessem leiloando uma peça rara, ao anunciar um novo investimento ou um deslocamento de uma de suas filiais, veem um maior número de lugares dos mais diversos países, “lance a lance”, oferecerem vantagens de ordem técnica e política cada vez melhores, permitindo que formem ao seu redor, conforme apontado por (Santos 2004,p.248) um verdadeiro “exército de reserva de lugares”, que a todo instante é renovado. Na medida em que são julgados “adequados” e escolhidos, os lugares entram num processo de subordinação e alienação. O receituário imposto pelas empresas deve ser cumprido. Isto inclui o uso de considerável quantidade de recursos públicos para a preparação e adaptação do território, como a construção e modernização de vias de acesso, pontes, canais e outras obras de infraestrutura, para uso quase que exclusivamente privado, tornando corporativo o uso do território. (Santos e Silveira 2001: 291)

Tal uso acaba por transferir para as grandes empresas o comando sobre porções significativas do território, permitindo a elas decidir suas funções e manejos, adaptando-

os aos seus interesses. As grandes empresas globais passam assim a definir uma lógica territorial própria, utilizando os lugares a sua disposição como se delas fossem.

Neste novo contexto, a escala local municipal ganha mais visibilidade e uma pseudo autonomia em relação ao Estado, podendo, até certo ponto, definir estratégias e objetivos próprios no que se refere ao fomento de políticas de desenvolvimento, e em muitos casos, interagir de forma direta com a escala global, principalmente no que tange a atração de investimentos. Os principais agentes da economia globalizada, as empresas multinacionais, suplantando a escala nacional, negociam diretamente com os agentes locais dos municípios ou regiões que lhes interessa, passando para estes o receituário de exigências para sua implantação. Em termos locais, porém, pode ocorrer que o município se torne refém da presença supostamente benéfica de tais empresas.

Os gestores dos lugares que participam de tais disputas agem ativamente, buscando conquistar a aprovação das empresas, entrando mesmo por vezes, em uma frenética corrida para conquistar a instalação das mesmas em seu território. Neste sentido, dentro desta lógica competitiva que se tem apresentado, para os gestores locais:

“A cidade e a região empreendedoras são, isto é, devem ser, antes de mais nada, concebidas e planejadas como uma empresa (...) Num mundo cada vez mais pragmático, trata-se agora não apenas de explicar os sucessos e os insucessos de cidades e regiões, mas, sobretudo, formular os planos de guerra, os planos estratégicos que as conduzirão à vitória.”(Vainer 2007,p.13)

Como se estivessem administrando uma verdadeira empresa, os gestores dos territórios locais buscam a todo o momento conferir valor aos lugares, adaptando-os às demandas empresariais, especializando-os e modernizando-os “ao gosto do freguês”. Utilizando estratégias próprias do marketing empresarial, a imagem da cidade como um ambiente propício aos negócios, como um bom lugar para aumentar o lucro, passa a ser propagada “aos quatro ventos” na esperança de ser vista e conquistar os grandes grupos empresariais. Desta forma, a cidade torna-se um produto a ser promovido e “vendido”, uma verdadeira competição entre os mais diversos lugares é estimulada em detrimento de um “pensar” regional. É a “guerra de lugares” que se impõe. (Santos, 2004)

Tal uso dos lugares acaba por transferir para as grandes empresas o comando sobre porções significativas do território, permitindo a elas decidir suas funções e manejos, adaptando-os aos seus interesses. As grandes empresas globais passam assim a definir uma lógica territorial própria, utilizando os lugares a sua disposição como pontos para sua atuação que, através das redes materiais e imateriais cada vez mais modernas, conectam-se entre si e também com as “centrais de comando”, cidades localizadas,

muitas vezes, a léguas de distância. Desta forma, cada empresa cria uma divisão territorial do trabalho, determinando aos lugares o seu papel dentro de uma estratégia global de atuação. (Santos e Silveira 2002, p. 290).

Por tais razões, em muitos casos, os territórios locais tornam-se verdadeiros enclaves dentro dos territórios regionais e nacionais, tendo as ações nele realizadas uma ligação mais direta com a escala global das empresas multinacionais que nele operam do que com seu entorno, com os municípios que lhe são vizinhos e mesmo com o país a que pertencem. Constituem-se em “espaços nacionais de uma economia internacional” por vezes altamente especializados num produto ou num serviço, e sempre destituídos de autonomia para pensar e agir, sendo “administrados” de fora.

“Importam-se empresas e exportam-se lugares. Impõem-se de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho com o reforço de uma divisão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar, de modo a manter desigualmente repartidos em escala planetária, a produção, o emprego, a mais-valia, o poder econômico e político. É “desse modo que áreas inteiras permanecem nominalmente no território, fazendo parte do mapa do país, mas são retiradas do controle soberano da nação.”(Silva, 2008).

Mesmo as articulações com outros espaços dentro de uma mesma região ou de um mesmo país, quando realizadas, são definidas não em função das populações numa proposta de bem estar regional ou nacional, mais sim em função de estratégias e objetivos privados distantes, de interesse exclusivo de ditas empresas. Dentro desta perspectiva, as populações locais acabam perdendo o controle dos destinos de seus próprios lugares e veem seus anseios e desejos ignorados. O território uma vez modernizado, com recursos públicos, lhes é negado; a produção realizada no local, em muitos casos, é consumida fora dele; e, em virtude de isenções fiscais concedidas, boa parte da riqueza que é gerada no local é enviada para fora dele. Desta forma, pode-se dizer que as populações são alienadas do uso de seu território, de seus recursos naturais e de suas verbas públicas.

Cabe perguntar: o que justificaria envolver-se em tal guerra por investimentos e adotar esta lógica de subordinação às empresas?

A justificativa apresentada pelos gestores locais baseia-se na habitual cantilena da geração de emprego e dinamismo econômico imediatos. Promessas de empregos para a população local e de crescimento do PIB justificam qualquer política de atração de empresas e de uso do território (ou concessão deste para as empresas). Modelos

nacionais e internacionais são evocados para aferir confiança ao “futuro próspero” deste tipo de política.

Na maior parte dos casos, a população local é inicialmente iludida ao ver “bater a porta” novas perspectivas e, assim, alimenta esperanças em relação aos investimentos que estão sendo pretendidos. No entanto, com a chegada destes as esperanças são desfeitas. Os empregos gerados, ainda quando suficientes nem sempre resultam em benefícios para o município. O dinamismo criado não estimula as atividades locais. Via de regra, tais investimentos não comportam a própria mão de obra local, por serem investimentos “estranhos” ao perfil local. São investimentos que não se encaixam ao padrão produtivo local (na cultura e tradição econômica da região), ignoram as potencialidades inerentes e não estimulam o sistema de inovação local. (Coelho, 1996 p.13)

Destaque-se ainda que, quando existem, os investimentos externos, estes vêm acompanhados de massas populacionais de outras regiões que não são comportadas economicamente pela região em questão, e que, por isso, a segregação socioespacial e os problemas urbanos tendem a aumentar. Esta política de desenvolvimento de caráter exógeno e privado, embora contribua para a descentralização das atividades produtivas e cause certo impacto sobre a economia local, gerando crescimento econômico, não promove um desenvolvimento autossustentado para as regiões onde estas empresas se instalam, por não aproveitarem as potencialidades do sistema produtivo local, criando muitas vezes, um descompasso entre este sistema produtivo e o sistema produtivo externo que acaba se impondo, marginalizando, e mesmo extinguindo as atividades de raízes locais. (Coelho, 1996 p.13)

As empresas atraídas não assumem nenhum compromisso verdadeiro com um projeto de desenvolvimento regional que leve em conta o futuro das populações locais, suas preocupações e bem-estar. São como “parasitas num hospedeiro”, fixam-se no território e absorvem dele tudo aquilo que ele possa oferecer em termos de benefícios técnicos e políticos que levem ao constante aumento das suas taxas de lucro. Todavia, ao menor sinal de redução de lucros, a responsabilidade é transferida para o território, este é reavaliado, e sem o menor pudor, as empresas “fecham as portas” e partem para uma nova região que lhes possa render melhores benefícios. Desta forma, como que num jogo de chantagens, o “lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento” (Santos e Silveira, 2001p. 116).

2008, o Fundecam foi, na verdade, um típico instrumento da “guerra de lugares”. Tal fundo já hospedou “parasitas sanguessugas”, que também já “fizeram as malas”, fecharam as portas e sem pudor algum, bateram em retirada, deixando para trás considerável rombo ao erário municipal. E o município faz atualmente a colheita dos amargos frutos desta opção maléfica. Ao que consta, repetiu-se o ideário neoliberal onde: “os lucros são privatizados e os prejuízos socializados”, restando expressivo desfalque aos cofres públicos municipais.

21. CRIAÇÃO E ATUAÇÃO INICIAL DO FUNDECAM

Em Campos dos Goytacazes ocorreu um tumultuado e já oneroso processo de diversificação produtiva, que se deu a partir do funcionamento de um fundo composto por parte dos *royalties* que o município recebe e que usou com o intuito de, através do financiamento público, induzir e apoiar o desenvolvimento local. Trata-se do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – Fundecam, cuja instituição e funcionamento, são expostos a seguir.

Optou-se no presente trabalho pela transcrição do Art.1º da Lei 7084/2001 que cria o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – Fundecam, visando legitimar a citação e principalmente, repetir *ipsis litteris* o objetivo e os beneficiáveis por seus financiamentos.

. **Art. 1º.** O Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - FUNDECAM, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento empresarial, tecnológico, o setor agropecuário, financiar projetos de geração de empregos nos setores industriais e de serviços e promover o acesso de microempresas, empresas de pequeno, médio e grande porte, de qualquer atividade compatível com as peculiaridades do município, a recursos de capital, ou para implantação de novas tecnologias identificadas com os objetivos do fundo, sempre no âmbito geográfico do Município.”(Grifos nossos).

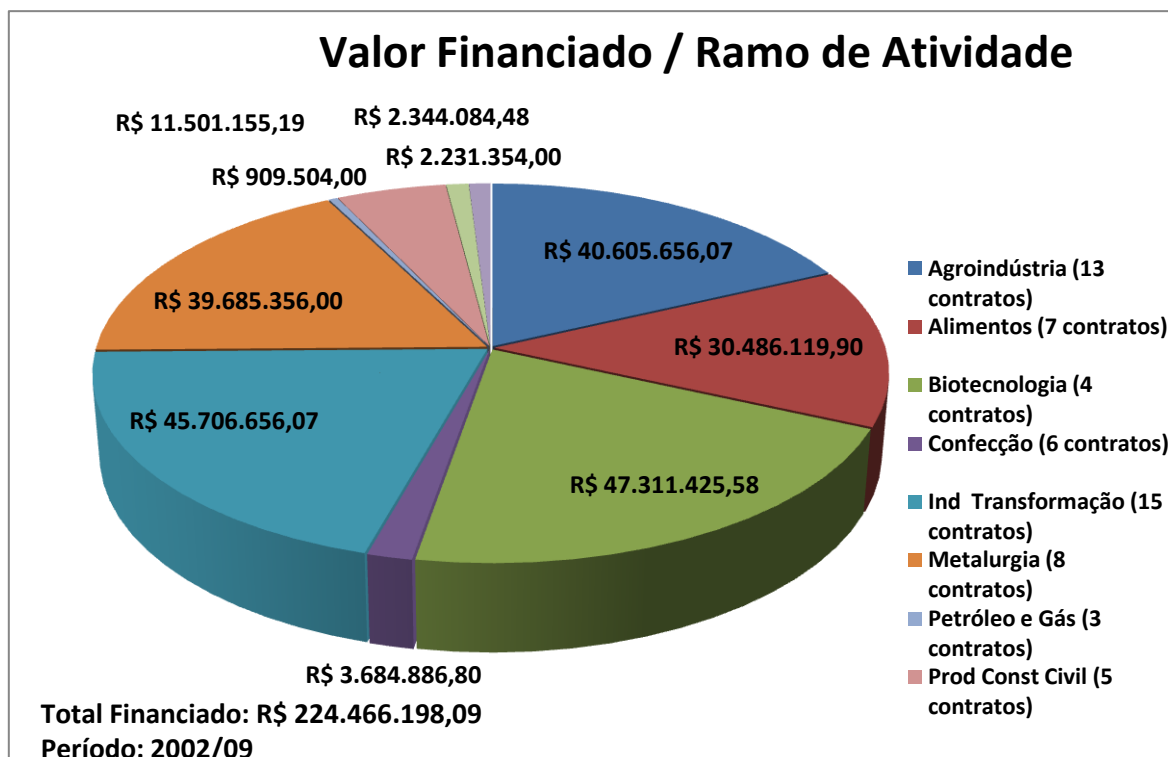
Criado no ano de 2001, após pressão da sociedade civil, que se reuniu num Fórum de Desenvolvimento Permanente, o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - Fundecam começou a funcionar efetivamente a partir de 2002. No período aproximado de três anos, até 2005, havia aprovado um total de 55 projetos. Foi realizado um Investimento total de R\$246.623.000,00. Sendo que o financiamento

público via Fundecam foi de R\$ 122.428.00,00. E a contrapartida dos investidores (recursos próprios) seria de R\$ 124.195.000,00.

Foram selecionados 13 diferentes ramos da economia para os investimentos. Com a expectativa de geração de 4.424 empregos diretos e 13.272 indiretos (ver Tabela 1).

Ramo	Empresas	Empregos Diretos Gerados
Confecção	5	83
Agroindústria	3	1.385
Petróleo e Gás	3	79
Piscicultura/Agricultura	3	56
Biotechnology	4	548
Saúde/Medicina	5	116
Alimentos	9	794
Metalurgia	4	526
Embalagens	3	208
Serviços	4	70
Indústrias de Transformação	7	255
Cosméticos	1	49
Prod. P/ Const. Civil	4	255
Total de Empregos Gerados		4.424

Fonte: FUNDECAM (2007)



Fonte: FUNDECAM (2009)

Naquela etapa inicial o Fundecam ofereceu recursos para projetos superiores a 50 mil reais, com juros de 6,17% ao ano, com prazo de carência de até 12 meses e até 60 meses para a amortização da dívida. Em caso de plena execução dos itens previstos no projeto e de pagamento de todas as prestações em dia, ao quitar o financiamento, a empresa era ressarcida dos juros que pagou sob a forma de recursos para serem utilizados como capital de giro. Para receber o financiamento, o investidor interessado necessitava preencher alguns requisitos, preparar a documentação exigida pela lei, prestar informações detalhadas sobre a empresa e sua estratégia mercadológica, receber a aprovação e autorização do Conselho Gestor. Só então, os recursos eram sacados no Banco do Brasil, entidade financeira conveniada ao fundo.

Alguns projetos beneficiados pelo crédito do Fundecam recorreram também simultaneamente à Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (INVESTERIO), que, a partir de uma parceria com o BNDES, liberou recursos pelo FINAME, com taxas diferenciadas, prazo de carência e prazos para pagamento especialmente favoráveis.

Por ocasião da primeira pesquisa que resultou em artigo acadêmico elaborado para conhecer o Fundecam (Silva e Passos, 2005), foram entrevistados, representantes das organizações empresariais, da sociedade civil e do meio acadêmico do município, empresários e representantes das empresas beneficiados pelo Fundecam, além das duas

pessoas que haviam presidido o fundo desde sua origem. Em sua maior parte, os entrevistados concluíam que o Fundecam estava atuando como elemento determinante na decisão daquelas empresas em se instalar no município de Campos dos Goytacazes. Ainda que com as ressalvas, visto que o grau de influência exercido pelo Fundecam na atração destas empresas seria diferente para cada caso individual.

Este fato, de certa forma, converge com o que propõe as teorias da localização industrial, que, conforme colocado anteriormente, afirmam que as estratégias de localização respondem muito mais a estímulos setoriais do que a um conjunto de fatores que condicionem a localização de todos ou da maior parte dos segmentos industriais ao mesmo tempo. É necessário ainda lembrar que, mesmo dentro de um único setor, as estratégias podem variar individualmente entre os empreendimentos.

A constatação da variação do grau de influência do Fundecam para a decisão locacional dos diferentes empreendimentos beneficiados pelo seu crédito pode ser reforçada pelo fato de que algumas empresas afirmam que não fosse por outros “incentivos”, como os incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual a empresas de determinados segmentos que se instalem no Norte ou Noroeste Fluminense, ou ainda a existência de espaço físico, no município, que possibilitasse a futura expansão das atividades da empresa, provavelmente não optariam por se instalar em Campos.

Por outro lado, houve a concessão de baixas taxas de juros, vez que são permitidos em lei, além de prazos especiais de carência e pagamento. Acrescidos ainda da vantagem de terem os juros devolvidos às empresas que cumprissem as cláusulas contratuais, que iam desde o pagamento em dia de todas as prestações do financiamento até o cumprimento da meta de empregos gerados. Decisões estas de cunho atraente e conformes com o propósito da Fundecam, que não pretendia lucros financeiros com tais investimentos e sim, geração de renda e empregos que alavancassem o desenvolvimento local. (Silva & Passos, 2005).

À época, o suposto êxito do Fundecam motivou outros municípios recebedores de *royalties* na região a também criar mecanismos de crédito semelhantes. Em 2004, Quissamã e Macaé criaram os seus “fundos de desenvolvimento”. Enquanto Quissamã criou o programa Quissamã Empreendedor, Macaé instituiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUMDEC). Salvo melhor juízo, estava aberta a temporada de criação das “trincheiras” para um novo capítulo da “guerra de lugares” entre os municípios petrorentistas do Estado do Rio de Janeiro. E Campos, maior e mais

rico entre eles, levou seu variado e farto estoque de munições para a escaramuça. Senão, vejamos.

Quadro 1. Subsídios oferecidos pelos municípios da Bacia de Campos à instalação de novas empresas.

Subsídios oferecidos pelos municípios da OMPETRO inseridos na Guerra de Lugares					
Crédito			Incentivos Fiscais		
			Espaço industrial subvencionado		
Município	Órgão de financiamento	Taxa de juros	Nome	Valor do ISSQN	Preço do terreno (m ²)
CAMPOS	FUNDECAM	6% ao ano	CODIN	0%	R\$ 1,20
MACAÉ	FUNDEC	Não obtida	CODIN	Não obtido	R\$ 1,20
QUISSAMÃ	QUISSAMÃ EMPREENDEDOR	2% ao ano	ZEN	Negociado diretamente com as empresas	Não obtido
CARAPEBÚS	-	-	ZEN	Negociado diretamente com as empresas	Não obtido
RIO DAS OSTRAS	-	-	ZEN	Redução no pagamento nos 15 primeiros anos	R\$ 0,40
CASEMIRO DE ABREU	-	-	Condomínio Industrial	Isenção nos 20 primeiros anos	R\$ 0,00

Fonte: Adaptado a partir de PASSOS (2007, 62).

Campos dos Goytacazes, cidade de médio porte (de acordo com o IBGE, censo 2010), possui população estimada em 463.731 habitantes sendo importante aglomeração urbana do interior do Estado do Rio de Janeiro. Reúne uma série de externalidades consideradas capazes de atrair um número significativo de empresas, tais como: um forte aparato de qualificação técnica, composto pelo sistema S (Sebrae, Sesi, Senai, Sesc, Senac e Sest/Senat), pelo, IFF – Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia, pelas Escolas Técnicas Estaduais, pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense e por mais 11 instituições de ensino superior; a existência de uma mão-de-obra qualificada por este conjunto de entidades de educação.

Possui também um espaço físico barato, apropriado para a instalação de indústrias e que goza de isenção fiscal municipal o Distrito Industrial da Codin, cujo preço do metro quadrado é inferior a 1 real, além do ISS ser de 0% para as indústrias que lá se instalam.

Goza de localização geográfica relativamente próxima a alguns dos grandes centros metropolitanos do país, além da localização vizinha ao enclave petrolífero da Bacia de Campos sediado em Macaé. Sendo também a cidade que possui a maior

aglomeração de serviços nas proximidades do mesmo enclave; e ainda ser beneficiado pela lei estadual nº 4.533, que reduziu o ICMS para 2% para empresas de determinados seguimentos que venham a se instalar nos municípios fluminenses.

Mesmo com todo este elenco de externalidades favoráveis, algumas das indústrias que se instalaram no município nos últimos anos falam, nas entrevistas concedidas, da importância do crédito barato fornecido pelo Fundecam, dando a entender que se não fosse o fundo e a oferta de crédito barato provavelmente elas não optariam pelo município.

Uma hipótese que foi levantada (Silva e Passos, 2005) ao se investigar as mesmas indústrias é a possibilidade delas terem se instalado em Campos devido a todos os benefícios já citados, mas, de modo especial, em virtude de dois: o crédito extremamente barato do Fundecam e a ampla oferta de mão-de-obra também barata do município. As médias salariais dessas indústrias, de acordo com dados preliminares, são muito baixas. A Schulz, por exemplo, multinacional alemã do seguimento metalúrgico instalada na Codin, que gozou de todos os benefícios possíveis, até mesmo crédito barato do governo do Estado pelo INVESTERIO, estaria pagando uma média salarial em torno de 1,5 salários mínimo federal – faz-se esta distinção porque o valor do mínimo federal é diferente do piso salarial em vigência no Estado do Rio. Outras empresas, dentre as quais, outra multinacional, a Cellofarm, empresa indiana do ramo de medicamentos, têm comemorado o fato de ter empregado funcionários que residem nas suas proximidades, geralmente pessoas de baixo nível de escolaridade e de qualificação.

A indagação que se coloca, assim, é o fato de até que ponto a realização destes investimentos estaria trazendo benefícios ao município, e, numa análise mais profunda, proceder ao questionamento de se estes investimentos interessariam de fato à população do município no que se refere diretamente à melhoria da renda e da qualidade de vida. (Silva & Passos, 2005).

Passados alguns anos, com o benefício de certo distanciamento no tempo, mas principalmente com a alternância política no governo municipal, tornou-se possível conhecer alguns resultados, obter dados de fontes oficiais e observar que os resultados em nada corresponderam àqueles prometidos inicialmente e alardeados através das mídias. Realizando as pesquisas e entrevistas para execução do presente artigo constatou-se que, ao contrário do anunciado alguns anos atrás, a experiência resultou em um grande fracasso. Pode-se mesmo afirmar que o resultado das ações do Fundecam

ocorridas entre os anos de 2002 e 2008 frustraram quaisquer expectativas de estímulo ao desenvolvimento local. Não havendo a criação do número de empregos prometidos e nem mesmo a manutenção ou permanência de boa parte daqueles postos de trabalhos criados à época, visto que tais se mostraram empregos temporários. Já que vários dos empreendimentos que se instalaram no município aproveitaram todas as vantagens e facilidades oferecidas pelo Fundecam e pouco depois, encerraram suas atividades, fecharam as portas e se foram. Deixando para o município a frustração das expectativas, e pior, uma dívida vultosa para com erário municipal. A infeliz e irresponsável experiência acabou por se revelar um completo exemplo do quanto pode ser danosa a “guerra de lugares”. E de como o receituário neoliberal da propalada busca de inserção do lugar na globalização, pela via do desenvolvimento exógeno, pode causar grandes prejuízos econômicos, sociais e políticos, para as comunidades locais.

22. FUNDECAM - NOVO TEMPO, NOVOS RUMOS, OUTRAS LEIS

Após as eleições municipais de 2008, com a conseqüente troca de gestores, já em 2009, outra equipe foi nomeada para conduzir os destinos do Fundo de Desenvolvimento de Campos, a mesma que permanece neste ano de 2014, ocasião em que são realizadas as pesquisas e entrevistas para o presente artigo.

Inaugura-se então, um novo tempo para o Fundecam. Outros gestores, outros propósitos, outras e melhores escolhas para estimular o desenvolvimento, agora com claras conotações locais e endógenas. Observando que tal equipe é formada por critério técnico, tendo seu atual presidente, Otávio Amaral, larga experiência e longa folha de serviços prestados no gerenciamento de créditos e cobranças do Pronaf e outros, todos vinculados ao Banco do Brasil, instituição da qual se aposentou antes de aceitar o convite para presidir o atual Fundecam. Otávio Amaral compôs sua equipe de seis membros, todos egressos do mesmo Banco do Brasil e com os quais já trabalhava naquela instituição. Desta forma o Fundecam passou a ter uma equipe gestora de formação técnica, experiente e afinada, habituada a trabalhar em conjunto por vários anos. O antes combalido Fundo de Desenvolvimento de Campos passou por um radical choque de gestão. A mudança teve início com a criação de um novo e melhor arcabouço legal para o Fundo. Leis foram aprovadas pela Câmara Municipal e sancionadas pela

chefe do executivo, bem como Decretos executivos necessários para regulamentar tais leis pois as mesmas não são autoaplicáveis. Passemos ao marco legal.

A anterior Lei Estadual sobre Política de Recuperação Econômica dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro de Nº 4533 de 04/04/2005, sancionada pela então Governadora Rosinha, estabelece regime especial de recolhimento do ICMS equivalente a 2% (dois por cento) e se constitui em um dos pontos de apoio legal para a atuação do Fundecam. A partir de 2009, a mesma senhora Rosinha, agora na qualidade de Chefe do Executivo Municipal sancionou as seguintes leis, visando reestruturar o Fundecam:

Lei nº 8.142, de 29 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a criação de linha especial de financiamento, direcionado para implantação do Microcrédito no Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.

Lei nº 8.173 de 15 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação do Fundo de Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos concedidos a microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Campos dos Goytacazes, vinculado ao Fundecam – Fundo de Desenvolvimento de Campos.

Lei nº 8.198, de 16 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas das Empresas financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento de Campos - Fundecam ao primeiro emprego para jovens até 29 anos de idade.

E ainda os Decretos: nº. 256/2011; e nº. 258/2011, ambos necessários à regulamentação das leis acima descritas, visto que as mesmas não são autoaplicáveis.

Sendo necessário ainda o inusitado Decreto nº 580/2011 que dispõe sobre o regulamento do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – Fundecam. A absurda surpresa aqui é que só depois de dez anos, o Fundecam foi regulamentado. O que nos demonstra que administrações anteriores a atual, estavam usando a lei nº 7084/2001 de forma imprópria. A rigor, aquelas outras administrações, agindo de afogadilho e de modo irresponsável, estiveram fazendo ilegítimo uso da lei.

A partir de 2009, agora com um bem constituído arcabouço legal, a atual equipe gestora do Fundecam pode atuar de forma legítima. E as decisões a partir de então demonstram a clara opção por outro e muito diverso modo de conduzir as ações voltadas para estimular o desenvolvimento econômico do município.

Foi criado o Programa Municipal de Microcrédito, incluindo os programas Fundecam Solidário e Fundação Cidadão, com o objetivo de promover o

desenvolvimento econômico e social, fomentando os empreendimentos produtivos, o fortalecimento dos negócios existentes e a introdução e formalização de novos empreendimentos, com acompanhamento, capacitação e acesso a crédito orientado, e, também, para desenvolver ações específicas no âmbito da economia popular e solidária e nos movimentos de inclusão social. O Fundecam Solidário, obrigado por lei, destina-se: ao apoio as comunidades carentes e de baixo IDH, promovendo o desenvolvimento dentro do conceito de economia solidária, crédito comunitário e microfinanças; dedica-se ao financiamento de microempresas, cooperativas, associações, empreendimentos autogestionáveis, microempreendedores individuais formais e informais, empreendimentos solidários, entre outros.(Lei nº 8.142, de 29/12/2009).

Passou a haver a exigência quanto à capacitação dos empreendedores para acesso ao crédito, com orientação sobre como, onde, quando e quanto investir, para obter o melhor resultado e favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos. Existe a obrigatoriedade do Fundecam de firmar parceria com entidades como o Sebrae, Incubadoras de Empresas e demais entidades habilitadas para qualificar, treinar e acompanhar o desempenho dos beneficiários daquela instituição. (Lei 8.142/2009, art.3º§6º)

Os recursos destinados ao Programa Municipal de Microcrédito são oriundos de parcela dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - Fundecam, provenientes de dotações do Orçamento Público Municipal, destacados das participações governamentais referentes à produção de petróleo e gás, como *royalties* e participações especiais. (Lei 8.142/2009, art.4º).

Citadas leis exigem que os recursos sejam, prioritariamente, aplicados aos programas do Município e que visem melhorar as condições de trabalho e renda de famílias em situação de risco, em especial àquelas chefiadas por mulheres. Existindo ainda a reserva legal de 20% dos empregos criados para o primeiro emprego de jovens até 29 anos. (Lei 8198/2010). Estimulam o fomento às cooperativas ou outras formas associativas de produção e trabalho, bem como aval às operações que objetivem o acesso ao crédito e à geração de emprego e renda. Fica autorizada a aplicação dos recursos do Fundo em instituições da sociedade civil que operem microcrédito e outros fundos de fomento ao desenvolvimento da economia popular e solidária. São autorizados os empréstimos equalizados, quando os módicos juros cobrados, retornam como capital de giro às mãos dos tomadores que estiverem adimplentes e realizando a correta aplicação do dinheiro emprestado. Ficando o Fundecam obrigado a cobrar de

todas as formas permitidas em lei o retorno do capital aplicado aos cofres públicos municipais. (Lei 8.142/2009).

Optou-se neste trabalho por elencar, com riqueza de detalhes, os pontos principais do novo marco legal do Fundecam pelos seguintes motivos: observar e realçar a grande diferença de qualidade e propósito do atual marco legal, se comparado ao anterior. E também dar publicidade acadêmica a tais conquistas legais, por serem democráticas e por propiciarem sim, as condições de fulcro para o desenvolvimento local, endógeno e sustentável no município de Campos dos Goytacazes. E por fim, por representarem, no rigor da lei, o compromisso da gestão pública com a cidadania municipal, oferecendo possibilidades para o uso, fiscalização e acompanhamento de tais programas de investimentos econômicos feitos com recursos públicos. Caberá a esta cidadania municipal exercer o direito/dever de se beneficiar, cobrar, exigir transparência e periódica prestação de contas da instituição Fundecam. E quiçá, que esta mesma cidadania se faça mais atuante, participativa e proativa, visto que agora já dispõe dos meios legais para tal.

23. ALGUNS RESULTADOS OFICIAIS

Para conhecer um pouco mais do atual Fundecam, fez-se necessária visita à sede da instituição onde entrevistas foram realizadas com três dos membros da equipe gestora. Agiram como entrevistadores o Orientador Romeu e Silva Neto e esta orientanda. Os entrevistados foram o Sr. Otávio Amaral, presidente, o vice-presidente Sr. Orlando Portugal e o Sr. José Antonio Gallo, advogado responsável pela assessoria jurídica. A recepção foi calorosa e todas as informações solicitadas foram prestadas sem restrições. Afirmando os entrevistados, que havia prazer em fornecer os dados aos quais desejam dar a maior publicidade possível, em especial a divulgação acadêmica por alcançar um público qualificado.

A respeito da primeira fase do Fundecam, pudemos confirmar algumas informações e ouvimos sobre a questão legal e a falta de legislação adequada, a ausência de garantias reais e mecanismos eficientes de cobrança aos inadimplentes. Soubemos pelo presidente, Otávio Amaral, que àquela época, os empréstimos eram feitos “como se a prefeitura fosse uma agência bancária, porém sem as cautelas e

garantias de praxe”. E que “sequer uma cobrança eficiente era feita, quer por desinteresse, quer por falta dos mecanismos legais necessários para tal”. Por tais razões, as primeiras providências da equipe atual, foram no sentido de solicitar a feitura das leis e ainda realizar minucioso levantamento para apurar o verdadeiro montante das dívidas pregressas, deixadas sem cobrança pela gestão anterior. E sobre as quais pairavam notícias e mesmo informações oficiais, controversas e imprecisas.

Desta primeira empreitada, que consumiu meses de cuidadoso trabalho técnico e investigativo, resultaram o adequado arcabouço legal e a descoberta dos débitos, em montante assustador. Em números atualizados a dívida é de R\$238.614.000,00, trata-se de milhões mesmo. E ainda mais a considerável quantia de R\$ 31.000.000,00 que a atual equipe já conseguiu cobrar e restituir ao erário municipal.

Otávio Amaral informa ainda que “o volume maior de tal passivo inclui débitos de vários tomadores inadimplentes, boa parte sem garantias reais, o que dificulta a execução das dívidas”. Acrescentando ainda o presidente entrevistado que, atualmente “todos os débitos estão sendo executados, inscritos no Serasa e na dívida ativa do município. Tais processos de execução estão em andamento”. Há expectativas de receber e todos os esforços cabíveis estão sendo feitos, porém não se pode prever quando, nem quanto, de tais valores estarão de volta ao erário municipal.

Do conjunto das entrevistas realizadas com a atual equipe gestora do Fundecam, as informações colhidas demonstram que alguns bons resultados já podem ser aferidos. Com a ressalva de que, o ideal seria colher também as informações e dados providos da clientela beneficiada e de outras pessoas e instituições que, por ventura, estejam acompanhando o novo processo de atuação do Fundecam; para melhor aferição da realidade, será conveniente ouvir outros interessados, conhecendo o parecer do “outro lado da moeda”. Contudo tal não pode ser feito já que os nomes dos beneficiados não foram fornecidos sob alegação de sigilo.

Os dados elencados a seguir dizem respeito a atuações do Fundecam no período de 2011 até julho/2014, ocasião da pesquisa. E se referem a duas linhas de atuação. O Fundecam Solidário, dedicado ao microcrédito individual e o Fundecam Cidadão que se ocupa micro e pequenas empresas.

O chamado Fundecam Solidário cujo trabalho é dedicado especificamente ao microcrédito individual atende pessoas de baixa renda, via de regra, ambulantes, artesãos, prestadores de serviços como cabeleireiros, costureiras, salgadeiras e outras, e ainda camelôs estabelecidos no “Shopping Popular”. Observando-se que para ter acesso

ao crédito, todos precisariam ser orientados, possuir CNPJ e contribuir para a Previdência Social conforme disposição da lei acima citada.

Em entrevistas realizadas em 15/09/2014 com o Superintendente de Microcrédito, Sr. José Elimar Kunsch, fomos informados que o Fundecam implementou a criação de uma equipe de Agentes Municipais de Empreendedorismo (AME), formada por agentes do Fundecam, da Codenca, da Vigilância Sanitária, Sebrae (Oficinas SEI: comprar, vender, administrar e planejar) e ainda do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Que tal equipe teria uma visão inclusiva e visaria orientar, qualificar e formalizar os empreendedores individuais. E que só após este treinamento e documentação pronta o crédito seria concedido aos tomadores. Tais empréstimos não são feitos com recursos provenientes de *royalties*, são recursos buscados em bancos, especialmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Fundecam Solidário apenas teria intermediado, e não realizado a concessão de micro empréstimos no valor total de R\$ 5.270.196,40 (cinco milhões, duzentos e setenta mil, cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Foram intermediadas 1.181 operações de microcrédito. Que permitiram a manutenção e melhoria de 1.911 postos de trabalho já existentes. Gerando ainda 324 novos postos de trabalho. Deste universo 543 tomadores de microcréditos, todos já realizaram a adimplência total, pagando o valor emprestado e por isto se beneficiaram da chamada “equalização dos juros”. Tal disposição legal permitiu que os juros do total emprestado, e apenas os juros, no montante de R\$100.510,73 fossem restituídos aos bons pagadores para reinvestimento como capital de giro. Apenas e exclusivamente estes valores dos juros provêm de uma parcela dos *royalties* e participações especiais.

Um total de 6.791 micro empreendedores foram atendidos, somando-se os tomadores de créditos e aqueles outros beneficiados com orientação e apoio para qualificação e formalização de pequenos negócios já existentes e que não pleitearam empréstimos, visto já estarem atuando com recursos próprios. Conforme demonstram os quadros a seguir, fornecidos pela gerência do Fundecam:

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO FUNDECAM SOLIDÁRIO

Operações aprovadas:	1181
Valores aprovados:	R\$ 5.270.196,40
Equalização	
Valores devolvidos:	R\$ 100.510,73
Empreendedores contemplados:	543
Postos de trabalho	
Mantidos:	1911
Gerados:	324
Empreendedores atendidos:	6.791

Atividades mais atendidas	
1	Vendedor Ambulante
2	Loja de roupas
3	Salão de beleza
4	Lanchonete
5	Costureira
6	Mercearia
7	Cabeleireira Autônoma
8	Padaria
9	Bar
10	Artesanato

* POSIÇÃO AGOSTO 2014

Em 15/09/2014 entrevistamos também o Sr. Klaus Jonny Voll Superintendente de Fomento e responsável pelo Fundecam Cidadão, e só então fomos informados que o órgão não realiza empréstimos. Fomos informados que nesta área o Fundecam orienta e faz a intermediação de empréstimos atuando como agente financeiro (em alguns casos especiais, não informados, o Fundecam atua como financiador realizando aporte direto). Nesta linha de crédito foram realizadas 20 operações, significando que 20 pequenos e micros empresários foram beneficiados. O valor total dos empréstimos intermediados aqui foi de R\$48.827.211,26 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil,

duzentos e onze reais e vinte e seis centavos). Resultando em 1.643 novos postos de trabalho gerados pelos empréstimos concedidos com recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Como os empréstimos vem sendo concedidos desde 2011, constata-se que do total de 20 tomadores, 17 deles já concluíram os pagamentos. E receberam como doação, a devolução dos juros, que somam R\$16.050.342,11. Valor este, de fato, oriundo dos *royalties* pagos ao município. Estes pequenos e microempresários puderam se recapitalizar em parte, e re-investiram nos próprios negócios criando mais 637 novos postos de trabalho, estes com recursos vindos do município pela via da “equalização dos juros”, e que representam os empregos realmente criados pelo Fundecam Cidadão. O quadro abaixo, fornecido pelo Fundecam, apenas demonstra o universo de empreendedores beneficiados com a equalização de juros, não demonstrando valores, nem quem foram os tomadores dos empréstimos.

**TOTAL DE EMPREENDIMENTOS HABILITADOS AO
FUNDECAM EQUALIZANTE - 2012 até set/2014**

Ramo de atividade	Nº de Empreendimentos	Nº Operações	Valor (R\$)	Nº Empregos
Agropecuária	2	2	215.220,00	2
Cerâmica	4	4	838.000,00	37
Comércio	3	4	336.347,96	38
Construção Civil	4	6	4.229.544,79	39
Hotelaria	1	1	250.000,00	12
Medicina	2	2	181.229,36	9
Supermercado	1	1	10.000.000,00	500
TOTAIS	17	20	16.050.342,11	637

atuações do Fundecam Solidário e Fundecam Cidadão, conclui-se que o Fundecam, de 2011 a julho de 2014, atuou como agente financeiro, intermediando empréstimos no total de R\$ 54.097.407,60, colaborando para a geração de 958 novos postos de trabalho. Atentando para a significativa questão de que os recursos municipais investidos são apenas aqueles oriundos da “equalização de juros”. Sendo R\$ 100.510,73 ofertados pelo chamado Fundecam Solidário que propiciou a criação de 324 novos postos de trabalho. E R\$ 16.050.343,11 doados pelo município, através do Fundecam Cidadão, gerando 637 novos empregos. Observando-se o quadro a seguir, notamos que o quantitativo de empregos gerados pelo Fundecam, foi muito pequeno, com reflexo mínimo no universo de empregos gerados nos anos de 2011,2012 e 2013 em Campos dos Goytacazes.

Visto que os empréstimos são realizados com recursos bancários, impôs-se a necessidade de obtermos informações das agências que os realizam. Ao serem efetuadas entrevistas em 22/09/2014 com funcionário do Banco do Brasil Diego Duarte Barcelos, responsável pelo exame da documentação e contratos para empreendedores individuais e ainda com Paulo Branco funcionário da CEF que desempenha funções semelhantes, tivemos acesso a algumas informações esclarecedoras.

Que o Fundecam tem atuado como um parceiro, semelhante a um agente financeiro, que faz a intermediação dos tomadores com os dois bancos governamentais. “O cliente vai ao Fundecam para ter a equalização da taxa de juros. O empréstimo é feito sempre pelo BB”.

Ou ainda, nas palavras do funcionário da CEF: “O Fundecam atua como um braço da Caixa, onde tem seus próprios agentes de microcrédito, que fazem visitas aos clientes pleiteantes de empréstimos e visitas de acompanhamento para checar se o crédito fora utilizado conforme a solicitação. Os agentes repassam as informações para a Caixa. Esses agentes são necessários, pois a Caixa não teria um contingente de funcionários suficiente para atender a demanda. A CEF é a gestora do crédito e o Fundecam avalia se o cliente possui os requisitos para receber tal crédito.” Perguntado sobre a origem dos recursos para tais empréstimos, o funcionário informou que: “O primeiro contrato de MPO da Caixa foi assinado em 05/03/2010 em Pelotas-RS. A partir de então o governo federal criou os MPOs (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer). A Caixa tem diversas linhas de empréstimo para Pessoas Físicas e MPE e MEI, sendo o MPO uma delas. No caso do MPO (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer), o *funding* para o produto é proveniente da Exigibilidade – percentual do volume de depósitos à vista recolhidos ao BACEN, conforme Resolução do CMN 4000/2011, com isso, não é recurso direto da CEF.” Informando ainda que: “Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer contratou, desde o lançamento, mais de R\$ 3,2 bilhões e registrou 1,2 milhão de empreendedores atendidos. Informação do jornal interno da Caixa de 05/09/2014.”

Perguntado sobre se os beneficiados recebem alguma orientação/capacitação para melhor gerir estes empréstimos e estes negócios: “Deveriam receber uma pequena consultoria sobre gestão de crédito, mas isso não acontece proativamente, e sim, reativamente. Nem nós, nem o Sebrae e nem o Fundecam possui contingente necessário para realizar proativamente. A inadimplência é tratada nas agências da CEF. Na avaliação do crédito às vezes é necessário aval de terceiros, quando julgarmos ser

necessário, outras, apenas o aval do pleiteante e cônjuge. Sobre quem são os tomadores: “ As áreas de atividades contempladas são para varejo, pequenas confecções e setores de serviços. Eu particularmente já fiz MPO para lava - rápido, confecções de roupa, artesões de palha, academias, mercearias etc.”

24. CONCLUSÕES

Ao concluir, convém traçarmos algumas considerações. Primeiro observar que são realmente vultosas as quantias anuais que o município de Campos dos Goytacazes recebe dos recursos provenientes de *royalties* e participações especiais. Aqui exibimos apenas os três últimos anos, período atuação do atual Fundecam. Que tão significativa arrecadação coloca o município como o maior recebedor de verbas petrolíferas em todo o país. É apropriado, pois considerar que este é, de fato, o maior e mais petrorentista entre os municípios brasileiros.

CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ Royalties + Participação Especial	
ANO 2011	R\$ 1.122.441.684,00
ANO 2012	R\$ 1.364.134.625,22
ANO 2013	R\$ 1.303.221.507,47
TOTAL	R\$ 3.789.797.817,12

SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.
Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Considerando os anos de 2011, 2012 e 2013 o município recebeu R\$3.789.797.817,12 em royalties e participações especiais. Neste mesmo período o Fundecam aplicou verbas oriundas do petróleo em estímulo a micro empreendedores (Fundecam Solidário) no valor de R\$ 100.510,73 gerando 324 postos de trabalho. E aplicou em micro e pequenas empresas (Fundecam Cidadão) o valor de R\$16.050.342,11 gerando 637 novos empregos. Temos então que o investimento do município, via Fundecam, para geração de postos de trabalho e empregos foi de R\$16.150.852,84. Comparando a fortuna de *royalties* recebida e a modesta parcela

investida na criação de novos postos de trabalho e empregos, há que se concluir que o investimento, em forma de doação, não foi apenas tímido, foi pífio.

Donde também se conclui que, surpreendentemente, as verbas maiores de R\$ 5.270.196,40 (via Fundecam Solidário) e R\$16.050.342,11(via Fundecam Cidadão) não foram investidas pelo município. Neste caso o Fundecam agiu apenas como intermediário (ou agente financeiro). Tais verbas vieram através dos dois bancos públicos (BB e CEF), mais precisamente do “MPO/MEI (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer) e MPE (Micro e Pequenas Empresas) e ainda o MGE (Médias e Grandes Empresas), *o funding* para o produto é proveniente da Exigibilidade – percentual do volume de depósitos à vista recolhidos ao BACEN, conforme Resolução do CMN 4000/2011, com isso, não é recurso direto da CEF ou do BB.” Portanto, programas sociais do Governo Federal.Observando-se que bancos particulares também podem intermediar tais programas, mas não se interessam por serem juros muito baixos.

No segundo considerando, abordamos a questão da geração de postos de trabalho e empregos. Ao observar a grande evolução no quadro de Empreendedores Individuais nos últimos anos no Município de Campos dos Goytacazes podemos constatar que a contribuição do Fundecam foi muito pouco significativa. Enquanto os programas do Governo Federal alavancados pela CEF e o BB propiciaram um crescimento espetacular nesta área nos últimos anos, saltando de apenas 164 postos de trabalho em 2009 para 10.154 postos em 2013, a contribuição do Fundecam, no mesmo período, limitou-se à geração de apenas 324 postos de trabalho.

EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - EVOLUÇÃO EM CAMPOS				
DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ /2013
164	2.812	5.718	8.138	10.154
FONTE: WWW.PORTAL DO EMPREENDEDOR. GOV. BR em Outubro de 2014.				

O que tange à geração de empregos formais, o quadro a seguir, com dados do MTE/Rais demonstra a evolução de novos empregos de 76.875 em 2009 para 98.220 em 2013. Novamente o que se constata é uma modesta contribuição do Fundecam em apenas 637 novos empregos.

Evolução do Emprego em Campos período 2002 - 2013

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rj-Campos dos Goytacazes	Serviços	19.697	19.922	23.629	25.170	25.993	35.473	33.515	23.136	25.006	26.513	28.822	31.773
Rj-Campos dos Goytacazes	Comércio	14.088	15.355	16.793	17.209	18.452	20.081	21.362	21.433	23.322	25.160	25.889	26.856
Rj-Campos dos Goytacazes	Administração Pública	6.962	10.324	9.920	18.267	20.189	23.455	13.632	13.809	18.608	18.641	18.043	18.331
Rj-Campos dos Goytacazes	Indústria de Transformação	6.147	7.231	7.549	7.465	8.466	10.426	8.967	9.023	8.396	8.249	8.981	8.522
Rj-Campos dos Goytacazes	Construção Civil	2.852	3.661	3.965	3.350	5.282	5.344	6.375	5.472	8.091	9.379	7.435	8.341
Rj-Campos dos Goytacazes	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pes	2.248	3.596	6.022	4.982	3.961	2.944	2.779	2.132	2.116	2.391	2.282	2.145
Rj-Campos dos Goytacazes	Serviços Industriais de Utilidade Pública	809	1.508	1.465	1.575	1.687	1.304	1.407	1.670	1.622	1.540	1.825	1.914
Rj-Campos dos Goytacazes	1 - Extrativa Mineral	140	153	152	142	194	215	193	200	219	237	264	338
Rj-Campos dos Goytacazes	Total	52.943	61.750	69.495	78.160	84.224	99.242	88.230	76.875	87.380	92.110	93.541	98.220

Fonte: Rais/MTE - Elaboração Romeu S. Neto - Publicação Blog Roberto Moraes

Terceiro considerando, a questão da qualificação, orientação e acompanhamento no uso dos créditos. Neste aspecto o Fundecam merece os melhores elogios. A equipe gestora tomou decisões importantes ao providenciar o novo marco legal, e outras muito positivas, ao tecer parcerias com vários outros órgãos públicos, criando o (AME) Agentes Municipais de Empreendedorismo, formada por agentes do Fundecam, da Codenca, da Vigilância Sanitária, Sebrae(Oficinas SEI: comprar,vender, administrar e planejar).E ainda a profícua parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal que permite o acesso aos PMOs ((Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer) e seus assemelhados MPE e MEI.Tem sido expressiva a atuação de toda esta equipe na orientação e difusão dos conhecimentos relativos ao empreendedorismo e no ato de propiciar acesso ao crédito orientado e à inclusão de muitos na Previdência Social. Muitos eventos tem sido organizados nos bairros urbanos e nas vilas dos Distritos para estimular e orientar alguns milhares de pessoas. E se tais ações não resultaram em grande número de empregos e postos de trabalho, resultaram sim, em expressivo aumento de pessoas orientadas e com sua situação, antes informal, agora formalizada, aumentando ainda a segurança social. Melhorando a qualidade dos serviços e produtos oferecidos por empreendedores individuais no que tange à segurança e higiene, bem como reduzindo a margem de inadimplência e fracasso na experiência de gerar e gerir seu próprio posto de trabalho. Neste aspecto o Fundecam tem atuado de maneira proveitosa e podemos concluir tem cumprido seu objetivo de impulsionar o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.petroleo.rj.gov.br/index.php/menuservicos/download/category/30-atlas-da-distribuio-dos-royalties-no-estado-do-rio-de-janeiro> (08)>. Acesso em: 08 out. 2014.

Centro De Informações E Dados Do Estado Do Rio De Janeiro (CIDE). Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acessado em 15 jun. 2013.

CRUZ, José Luis Vianna da. *Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ. 1986.

CRUZ, José Luis Vianna da. *Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

CRUZ, José Luis Vianna da. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense / Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2006.

CRUZ, José Vianna da/MANHÃES PINTO, Ana Beatriz. Quissamã: um município petro-rentista. . Petróleo e região no Brasil; o desafio da abundância. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2007.

FAURÉ, Yves - A. Macaé: continuidade do crescimento municipal e ampliação das transformações locais nos anos 2000. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

FAURÉ, Yves A; HASENCLEVER, Lia. O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos avançados nas realidades municipais. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

FLEURY, Afonso e FLEURY, Maria Teresa L. Aprendizagem e Inovação Organizacional: As experiências de Japão, Coréia e Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

MONIÉ, Frédéric, VIDAL, Soraia M.do S.C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. RAP-Rio de Janeiro 40 (6):975-95, Nov/Dez.2006.

PESSANHA, Roberto Moraes. *Radiografando o orçamento de Campos dos Goytacazes (2000-2004). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. Petróleo e região no Brasil; o desafio da abundância. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2007.

POCHMANN, Márcio (org.), Reestruturação Produtiva – Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho. São Paulo-SP: Makron books.

SANTOS DIAS, Robson; SILVA NETO, Romeu. A dinâmica socioeconômica de Macaé a partir da instalação da cadeia produtiva de petróleo e gás. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SERRA, Rodrigo Valente, TERRA, Denise Tavares. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense / Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2006.

SERRA, Rodrigo Valente. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SILVA NETO, Romeu. A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2004. Boletim técnico n. 13. *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes, 2005.

SILVA NETO, Romeu; BARRAL NETO, Jayme Freitas. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SILVA NETO, Romeu; *et al.* Campos dos Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/* (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A. (orgs.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora: Fortaleza UECE. 1996.

TOTTI, Maria Eugênia F. e PEDROSA, Paulo. Região Norte Fluminense: terra de contrastes. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamont, 2006.